

CLÁUDIA DE MATOS FERNANDES

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE COOPERAÇÃO ENTRE
PRODUTORES DO PROJETO DE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS,
NO MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

CLÁUDIA DE MATOS FERNANDES

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE COOPERAÇÃO ENTRE
PRODUTORES DO PROJETO DE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS,
NO MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Banca de Exame
Geral de Qualificação do Programa de Pós-
graduação em Desenvolvimento Local -
Mestrado Acadêmico, como exigência parcial
para obtenção do Título de Mestre em
Desenvolvimento Local, sob orientação do
Prof. Dr. Olivier François Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2011**

Ficha Catalográfica

Fernandes, Cláudia de Matos

F363a Avaliação do potencial de cooperação entre produtores do projeto de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS, no Mato Grosso do Sul / Cláudia de Matos Fernandes; orientação, Olivier François Vilpoux. 2011
77 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Desenvolvimento local 2. Agricultura sustentável – Mato Grosso do Sul 3. Famílias rurais 4. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS I. Vilpoux, Olivier François II. Título

CDD – 630.277

Bibliotecária responsável: Clélia Takie Nakahata Bezerra - CRB 1/757

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Avaliação do Potencial de Produção entre Produtores do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS, no Mato Grosso do Sul

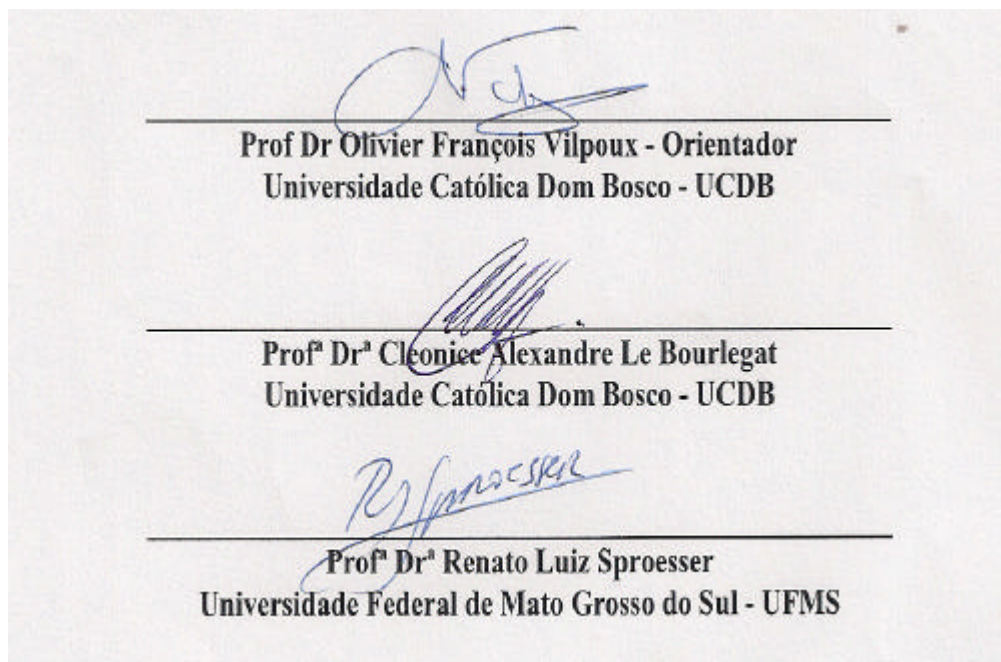
Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local: sistemas produtivos, inovação, governança.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Qualificação aprovado em: 30 / 08 / 2011

BANCA EXAMINADORA



AGRADECIMENTOS

Dizer obrigado é pouco para agradecer a todos que colaboraram para a construção deste trabalho e para o cumprimento de mais uma missão em minha vida. Que este agradecimento expresse o sincero carinho por aqueles que partilharam desta conquista.

O imprescindível apoio de meus pais, irmãos, esposo Jorge Carvalho, e a inestimável tia/mãe Marlene pela força e carinho.

E os amigos! Como agradecer tamanha bondade e cooperação. Só posso pedir a Deus Nosso senhor que ilumine cada passo de vossas vidas, que sejam abençoados hoje e sempre. Obrigado Medson Janer e família.

Aos mestres Cleonice Le Bourlegat, Maria Augusta de Castilho e Vicente Fideles de Ávila, que contribuíram com suas opiniões, sugestões e críticas de forma especial para a formação do meu conhecimento.

Agradecimentos a equipe do SEBRAE-MS que me autorizou realizar a pesquisa com o público-alvo. Um carinho especial para Roberta Marca, gestora do projeto, que me proporcionou a oportunidade de conhecer o PAIS.

Aos agricultores familiares que foram compreensivos na realização de tantas visitas, reuniões e incessantes questionamentos.

Amizades são como tesouros valiosos, quem encontra um, deve guardar para a vida toda. Eu encontrei vários nesta fase do mestrado, difícil é lembrar todos, pois, estão muito bem guardados no fundo do coração. Valeu pela troca de informações, pela cumplicidade nos trabalhos, pelo apoio de todos os colegas da turma de 2009/A. De forma especial obrigado mestre Michel, mestra Eloir Trindade, Jaqueline Laurino, João Duarte e ao caríssimo colega Fabiano Dotto.

A água nunca discute com seus
obstáculos, simplesmente os contorna.

(Augusto Jorge Cury, 2002)

RESUMO

Esta dissertação analisa o nível de organização dos agricultores familiares beneficiados pelo projeto de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS, no Estado de Mato Grosso do Sul. Foram entrevistados agricultores familiares, moradores de 04 municípios, incluindo a capital Campo Grande, Jaraguari, Sidrolândia e Terenos. O projeto PAIS é uma tecnologia social que trata de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Esse projeto é destinado ao agricultor familiar que tem interesse em melhorar a qualidade da produção e o bem-estar da família, pois dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agroquímicos, queimadas e desmatamento. O PAIS é integrado porque alia a criação de animais com a produção vegetal e utiliza insumos gerados por animais da propriedade, em todo o processo produtivo. O objetivo geral do trabalho foi de investigar o potencial de cooperação dos agricultores familiares do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS. Os dados da dissertação foram embasados em pesquisa documental, referências bibliográficas e aplicação de questionários “in loco”. A amostragem da população pesquisada foi “por conveniência”, com aplicação de questionário para 64 produtores. Os resultados da pesquisa identificaram a falta de interesse dos produtores pelo PAIS. A origem sociocultural dos entrevistados se apresentou bastante heterogênea e as longas distâncias entre os assentamentos dificultam as relações sociais entre os agricultores do mesmo projeto. O baixo nível escolar, a falta de experiência com produção agroecológica e a ausência de confiabilidade nas associações rurais limitam mais a integração entre os agricultores do. Percebeu-se também a extrema dependência em relação às ações desenvolvidas pelos parceiros externos, como SEBRAE e Fundação Banco do Brasil. Essa dependência poderá surtir resultados desfavoráveis quando se der o término do projeto. Por outro lado, foi identificado que alguns agricultores aproveitaram a oportunidade oferecida e ampliaram a área de produção, investiram na comercialização e começaram uma cooperação, mesmo que incipiente. A consolidação dessa cooperação passa pelo apoio seletivo dos agricultores que demonstraram interesse no desenvolvimento do projeto, até que se sintam capazes de nortear suas próprias ações.

PALAVRAS-CHAVE: Organização social. Cooperação. Capital social.

ABSTRACT

This research examines the level of organization of small farmers benefited from the project of integrated and sustainable agro-ecological production – PAIS, in the state of Mato Grosso do Sul. Were interviewed small family farmers, residents of 04 municipalities, including the capital, Campo Grande, Jaraguari, Sidrolândia and Terenos. The PAIS project is a social technology that deals with a new source of employment and income for family farms. This project is for family farmers interested in improving the production quality and well-being of their families, since it eliminates the use of environmentally harmful actions, such as agrochemicals. The PAIS is integrated because it combines animal husbandry with crop production and use inputs generated by farm animals throughout the production process. The overall objective of this study was to investigate the potential for cooperation of farmers of the PAIS project. The data of the research were based on documentary research, bibliography references and questionnaires "in situ". The sample population was "by convenience", with a questionnaire to 64 farmers. The results identified the lack of interest of the producers for the PAIS project. The sociocultural origin of the interviewed producers appeared to be very heterogeneous and the long distances between settlements add to the difficulties in social relations between farmers within the same project. The low-level of education, the lack of experience with agro-ecological production and the lack of reliability in rural associations have limited integration between farmers. It was also felt the extreme dependence in relation to the actions undertaken by external partners such as SEBRAE and Bank of Brazil Foundation. This dependence could produce unfavorable results after the project's completion. On the other hand, has been identified that some farmers have seized the opportunity and extending their production area, marketing invested in commercialization and started some kind of cooperation, even if still incipient. The consolidation of this cooperation passes through the selective support of farmers who have shown interest in developing the project, until they feel able to guide their own actions.

KEYWORDS: Social organization. Cooperation. Social capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Proporção dos estabelecimentos produtores de orgânicos certificados e não certificados no total de estabelecimentos orgânicos, por grupo de área - Brasil/2006	23
Figura 2	- Distribuição da renda mensal oriunda do Projeto PAIS nos produtores entrevistados	32
Figura 3	- Renda mensal familiar dos produtores entrevistados	45
Figura 4	- Distribuição de hectares para produção da horta, dos produtores entrevistados	38
Figura 5	- Distribuição de idade entre as pessoas entrevistadas	49
Figura 6	- Nível escolar dos horticultores entrevistados	50
Figura 7	- Tempo de residência na propriedade rural dos produtores entrevistados	50
Figura 8	- Origem dos casais de agricultores entrevistados	51
Figura 9	- Origem do acesso a terra para os produtores entrevistados	52
Figura 10	- Atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares antes de possuir terra	53
Figura 11	- Participação da família nos cultos religiosos	55
Figura 12	- Frequência com que os entrevistados do projeto PAIS participavam dos cultos religiosos	56
Figura 13	- Avaliação das associações rurais pelos produtores entrevistados	57
Figura 14	- Pontos negativos da participação numa associação, em função da opinião dos produtores entrevistados	58
Figura 15	- Distribuição das atividades propostas pela associação aos produtores entrevistados	59
Figura 16	- Pontos positivos da participação em uma associação, em função da opinião dos produtores entrevistados	60
Figura 17	- Motivos pela preferência em comercializar de forma individual pelos produtores entrevistados	61
Figura 18	- Motivos pela preferência em comercializar de forma coletiva, para os produtores entrevistados	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR	13
1.1.1 Conceitos de agricultura familiar	13
1.1.2 Reforma agrária	16
1.1.3 Agricultura orgânica	18
1.2 ANÁLISE DOS VÍNCULOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ATORES	23
1.2.1 Instituições formais e informais	24
1.2.2 Capital social e confiança	25
1.3 RELAÇÕES ENTRE PRODUTORES NA AGRICULTURA FAMILIAR	27
1.3.1 Redes de produtores	27
1.3.2 Associativismo e cooperativismo	28
2 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS	31
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	36
3.1 COLETA DE DADOS	36
3.2 PESQUISA DE CAMPO	37
3.3 VARIÁVEIS PESQUISADAS	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PARA OS PRODUTORES	41
4.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A COOPERAÇÃO ENTRE ATORES	49
4.2.1 Características dos produtores	49
4.2.2 Existência de capital social entre os atores entrevistados	55

CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE	75

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores que representam a maioria dos agricultores no Brasil, com cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos. Esse segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção nacional. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, chega a ser responsável por mais de 50% da produção. Em geral, esses agricultores possuem baixo nível de escolaridade, diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra (EMBRAPA, 2004).

Categoria especial de agricultores familiares, os assentados representam cerca de um milhão de famílias no país, distribuídos em mais de sete mil assentamentos. São famílias que abastecem o mercado interno da agroindústria e que contribuem, junto com os outros agricultores familiares, com 10% do PIB brasileiro (HACKBART, 2009).

Apesar da importância econômica e social, a agricultura familiar encontra sérios problemas de integração no mercado. A falta de acesso a recursos financeiros, a falta de organização entre os indivíduos, o baixo nível tecnológico da maioria das propriedades, a falta de escala são apenas alguns dos problemas que dificultam a comercialização dos produtos da agricultura familiar. A produção proveniente desse setor não atende a demanda de comercialização em grande escala, ocorrendo bloqueios nas negociações e reduzindo as oportunidades de que pequenos produtores possam participar do mercado global.

Além da organização, o crescimento econômico da agricultura familiar passa pelo desenvolvimento de atividades que possam valorizar os pontos fortes desse setor, como a necessidade de grandes quantidades de mão de obra e o uso restrito de recursos financeiros. A agricultura orgânica e a agroecologia são bem adaptadas à realidade da organização familiar, na medida em que possuem estruturas de produção diversificadas e com o nível de complexidade desejado (ASSIS, 2006).

O conceito de agroecologia pode ser entendido como a quebra do paradigma do uso do agroquímico para a incorporação de um novo estilo de produção que incorpora princípios e tecnologias de base ecológica, de forma que haja menor dependência de insumos externos à unidade familiar, conservando os recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A agricultura orgânica pode ser entendida como um processo produtivo comprometido com a sanidade da produção de alimentos, que garante a saúde e o bem-estar dos seres humanos. Essa técnica de produção assegura o fornecimento de alimentos mais saudáveis, mais saborosos e de maior durabilidade, além de dispensar o uso de produtos agroquímicos. Esse sistema de produção preserva a qualidade da água e não polui o solo nem o lençol freático com substâncias químicas.

A importância da agricultura orgânica e da agroecologia para a agricultura familiar, com a oportunidade de criação de novos mercados para esses produtores, atraiu a atenção de várias organizações de apoio ao setor, entre elas o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil.

O SEBRAE Nacional desenvolveu a metodologia de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS e replicou-a para todo o Brasil. O referido projeto é considerado uma tecnologia social que reúne técnicas simples de produção agroecológica e de promoção do desenvolvimento sustentável. O PAIS é destinado, principalmente, a agricultores familiares de baixa renda, assentados em projetos de reforma agrária e produtores quilombolas.

A Fundação Banco do Brasil, parceira financiadora do projeto PAIS, tem suas funções voltadas para o desenvolvimento social do país. Procura resgatar a dignidade do produtor rural por meio da implantação do projeto de agroecologia, que tem como resultado a produção para subsistência e a comercialização do excedente como fonte geradora de renda. Desta forma, a Fundação espera reestruturar socialmente a família rural.

Os agricultores familiares que utilizam a metodologia PAIS assumem, junto às instituições parceiras, o compromisso de desenvolver ações coletivas, tanto na montagem da área de produção, quanto na troca de informações técnicas, produção e comercialização. A cooperação entre os integrantes do PAIS é uma das principais condições para o sucesso do projeto. Sem ele, os produtores não poderão atingir uma economia de escala suficiente para competir com os concorrentes das principais áreas de produção, nas regiões Sul e Sudeste. Eles também não conseguirão estabilizar o fornecimento de produtos. A incapacidade dos

produtores em fornecer produtos ao longo do ano é um dos principais gargalos da horticultura no estado do Mato Grosso do Sul.

A FAO (2009a) indica que os altos custos de transação da agricultura familiar podem ser reduzidos através do estabelecimento de ações coletivas, como a implantação de cooperativas e formas diversas de contratos. No entanto, a mesma FAO indica que a maioria das organizações de pequenos produtores no mundo não funciona satisfatoriamente. Os pequenos produtores dificilmente participam de relações contratuais, preferindo um mercado pontual, sem compromissos entre vendedores e compradores (FAO, 2009b).

A partir do pressuposto que a cooperação entre os produtores do PAIS é um fator imprescindível para o sucesso do projeto definimos como objetivo da pesquisa analisar o potencial de cooperação entre os agricultores que participam do projeto PAIS na região de Campo Grande-MS.

Os objetivos específicos da pesquisa são a compreensão dos fatores que restringem a cooperação entre os produtores e a definição de ações para favorecer essa cooperação.

O projeto de produção agroecológica integrada e sustentável tem como premissas a promoção do desenvolvimento social e a sustentabilidade de famílias rurais de baixa renda. Oferece técnicas para uma produção agroecológica de baixo custo, proporcionando condições para o agricultor produzir frutas e hortaliças para o sustento da família, respeitando os princípios da segurança alimentar.

A importância do projeto PAIS no Brasil evidencia a relevância da pesquisa. Em 2010 o PAIS atingia 2.700 unidades instaladas em 53 municípios de 15 estados. Ao todo o projeto beneficiava 13.500 agricultores. O estado do Mato Grosso do Sul abrigava mais de 10% das unidades nacionais do PAIS, colocando o estado como um dos maiores beneficiários do projeto. Em consequência, a falta de coordenação entre os produtores no Mato Grosso do Sul não prejudicará o andamento do projeto apenas no estado, mas terá consequências no país todo.

A dissertação consta de 5 Capítulos. Após a Introdução, o segundo Capítulo apresenta o Referencial Teórico onde são abordados os conceitos de agricultura familiar, as instituições formais e informais e o capital social. O Capítulo seguinte descreve os objetivos e o funcionamento do projeto PAIS. O Capítulo 4 consta da Metodologia de Pesquisa e, por fim são apresentados os resultados da pesquisa e as Considerações Finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo permite entender a temática abordada, com enfoque sobre definição da agricultura familiar e abordagem das teorias desenvolvidas em torno dos termos de cooperação entre produtores agrícolas.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um tema relativamente novo no Brasil e que incorpora muitos produtores com características diferentes, entre eles os assentados, abordados no segundo Item do Capítulo.

1.1.1 Conceitos de agricultura familiar

O debate sobre os conceitos de agricultura familiar têm produzido inúmeras concepções e interpretações. O termo é de uso relativamente recente no Brasil. A agricultura familiar, como hoje é conhecida, desenvolveu-se a partir do final dos anos sessenta e começo dos anos setenta (MAIA, 2008). Na década de noventa, Veiga (1991) deixou de considerar o tamanho da propriedade como principal divisor das classes de produtores e incorporou a forma de produção como contraste entre agricultura patronal e agricultura familiar. A caracterização elaborada pelo autor pretendia expor significativas diferenças entre as mesmas.

De acordo com Schneider (2003), a emergência da expressão “agricultura familiar” só se deu no contexto nacional a partir da década de 1990. Segundo o autor, neste período ocorreram eventos de relevante impacto social e político no meio rural, com destaque na região Centro-Sul. Em meados dos anos noventa, assistiu-se a uma verdadeira efervescência de movimentos sociais ligados ao campo. O sindicalismo rural, ligado à

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, promoveu a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar, incluindo um conjunto de categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados a uma agroindústria, entre outros, que não mais podiam ser identificados com as noções de pequenos produtores ou trabalhadores rurais (MAIA, 2008).

Na década de noventa, Bergamasco (1993 *apud* MAIA, 2008) subdividiu a agricultura familiar em vários níveis, levando em consideração a contratação ou não de trabalhadores (temporários ou permanentes) em algum momento do processo produtivo ou no gerenciamento da propriedade. De forma complementar, Pietrafesa (2000), a partir de critérios abordados por movimentos sindicais de trabalhadores rurais, coordenado pela CONTAG e pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, afirmou que uma atividade agrícola poderá ser chamada de familiar se as seguintes características fossem observadas:

- a) as atividades agropecuárias desenvolvidas devem ter a predominância de mão-de-obra familiar e, apenas eventualmente, deve ocorrer contratação de mão-de-obra externa à propriedade;
- b) o produtor deve residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- c) a atividade agropecuária deve responder por mais de 80% da renda familiar, constituindo-se, portanto, na principal fonte de renda;
- d) a renda bruta anual da propriedade não deve exceder o limite de R\$ 120.000,00.
- e) o produtor não deve ter quantidade total de terra (propriedade, posse ou parceria) superior a quatro módulos fiscais, unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, que considera fatores como: exploração predominante no município, renda obtida com a exploração, entre outros fatores significativos em função da renda ou área utilizada (INCRA, 2007);
- f) pelo menos 75% das atividades do produtor devem ser dedicadas à propriedade;

Mais recentemente foi publicada pelo Banco Central do Brasil a Resolução nº 3.559, de 28.3.2008, que regulamenta novas regras para caracterizar o agricultor familiar. Para o grupo A, as regras se baseiam em:

I - não detenham, sob qualquer forma de domínio, área de terra superior a um módulo fiscal, inclusive a que detiver o cônjuge e/ou companheiro(a);

II - tenham recebido, nos 12 (doze) meses que antecederem à solicitação de financiamento, renda bruta anual familiar de, no máximo, R\$14.000,00 (quatorze mil reais);

Os produtores da agricultura familiar podem também ser classificados no Grupo "B", que possui os seguintes critérios:

I - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

II - obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

III - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

IV - tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecede a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

A Resolução nº 3.559/08 define os agricultores familiares de um modo geral como sendo os produtores que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes;

A agricultura familiar compreende não somente uma categoria social, mas também econômica e cultural. Se considerar a questão sobre o “lugar” da agricultura familiar, Carlos (1996) entende que este é o espaço para a real materialização da globalização, ideia que reforça a razão da agricultura familiar ser considerada uma atividade pluriativa. De acordo com Schneider (1994), a pluriatividade compreende diversas atividades exercidas na pequena propriedade (produção de baixa escala) e atividades não-agrícolas, como artesanato, turismo ecológico. Existe também uma disposição para atividades extra-agrícolas, principalmente na cidade, para complementar a renda da família.

Em função da evolução constante dos modelos de vida humana, a família que vivia até anos atrás com base na exploração agrícola sustentável da terra, com a não agressão e esgotamento de seus recursos naturais, se defronta cada vez mais, em função da necessidade de sobrevivência, com as necessidades do progresso puramente capitalista. Fernandes (2001) afirma ser contrario a imagem de uma agricultura familiar oposta à noção de capital e considera o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Guanzirollet *al.* (2001) apresentam a ideia que mesmo na agricultura familiar existem diferentes categorias, desde os produtores capitalizados até os descapitalizados. Antes deles, Lamarche (1993) já definia a agricultura familiar como subdividida entre a de base alimentar, de subsistência e de capital. Para o autor, a agricultura familiar representa o processo de evolução do caráter camponês do pequeno produtor para a classe familiar.

1.1.2 Reforma agrária

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2009), órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional, conceitua a reforma agrária como um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade.

A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote inferior a 5 ha, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Lamarche (1993) questiona quais seriam os novos espaços dessa agricultura. A preocupação crescente com este aspecto levou a discussões sobre a questão agrária, considerando os assentamentos como as novas áreas de atuação da agricultura em escala familiar. Moreira (1999, p. 157) argumenta que conceitualmente, agricultura familiar e assentamentos rurais se definem a partir de “[...] processos sociais distintos [...]”. O autor esclarece que enquanto a agricultura familiar se coloca na posição de reprodução social, com forma definida e disposta aos fatores alheios, os assentamentos estão em estado de formação e de produção social diretamente ligada à conquista e consolidação dos direitos pela terra.

A ideia da reforma agrária nasceu e permaneceu no Brasil como bandeira socialmente conservadora e politicamente progressista, o que dá a medida da confusão que a cerca pela profunda contradição que a limita (MARTINS, 2003). Os movimentos sociais defendem uma política de inclusão e democracia. Por outro lado, nenhuma política consegue realizar uma reforma agrária sem danos para uma das partes, seja pelo pequeno preço pago aos donos das terras, ditas improdutivas, seja para os movimentos sociais que são reorganizados em terras longínquas e inférteis.

A crise agrária não desorganizou apenas as relações de trabalho e, portanto, a vida dos trabalhadores. Desorganizou, também, as relações de poder e a vida das elites tradicionais (MARTINS, 2003). Desta trajetória existem dois episódios que influenciaram a história da questão agrária no Brasil, as lutas contra os latifundiários e posteriormente o surgimento das agroindústrias. O primeiro representa o momento em que o governo se colocava a disposição dos proprietários de latifúndios, com vista a intensificação das exportações. Dessa forma, muitos camponeses eram expropriados da terra, gerando conflitos e mais movimentos por considerarem injustas as indenizações. O segundo diz respeito às agroindústrias, que por influência dos grandes latifundiários e incentivo do governo, terminaram de empurrar e eliminar as poucas possibilidades do modelo camponês de se restabelecer em pequenas propriedades (OLIVEIRA, 1997). Esses episódios desembocaram em eventos de muitos embates no campo e consequente consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, como ressaltam Oliveira (1997) e Fernandes (2001). Os autores retratam esta consolidação como um marco de reafirmação e tentativa de ressocialização do campesinato no país.

Apesar do sindicalismo exacerbado na luta pela terra, nas décadas de 1980 e 1990 os movimentos tomaram cada vez mais corpo e formas organizadas de ação. Hoje, a questão agrária é encarada com ares de certa politização, até mesmo pelos movimentos. Fernandes (2001) considera essa situação como um novo limiar para a agricultura familiar no Brasil, onde seu espaço de atuação possui um conceito embasado tanto em um novo ambiente dinâmico e globalizado, quanto de suas tradições e raízes culturais. Para o autor, esses assentamentos representam mais do que nunca o lugar de construção da nova vida campeira.

Conforme descrito na Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 186, “um latifúndio será desapropriado sempre que o proprietário não fizer um aproveitamento racional e adequado; não preservar o meio ambiente; desrespeitar as leis trabalhistas e prejudicar o bem-estar social”. No Mato Grosso do Sul, o INCRA desapropriou várias

propriedades para dar lugar à criação de novos assentamentos rurais, conforme o resumo da Tabela 1.

Tabela 1 - Número de Assentamentos criados pelo INCRA-MS, até 2010.

Projetos de Assentamento/Reassentamento	Quantidade	Famílias (Nº)	Área (Ha)
Criados pelo INCRA	177	29.811	669.986,6616
Criados pelo Estado de MS	8	694	14.400,8050
Total Geral (Total I + Total II)	185	30.505	684.387,4666

Fonte: INCRA (2010)

No Mato Grosso do Sul, os assentamentos foram criados em todo o Estado e abrigam mais de 30 mil famílias. As terras são distribuídas com a finalidade de moradia e produção de alimentos para a subsistência das famílias.

2.1.3 Agricultura orgânica

A agricultura orgânica é considerada uma prática agrícola preocupada com a saúde dos seres humanos, dos animais e das plantas. Ela entende que seres humanos saudáveis são frutos de solos equilibrados e biologicamente ativos, adotando técnicas integradoras e apostando na diversidade de culturas. Com isso, esta apoiada em quatro fundamentos básicos (SEBRAE, 2010):

- Respeito à natureza, com o reconhecimento da dependência de recursos naturais não renováveis;
- Diversificação de culturas, o que leva ao desenvolvimento de inimigos naturais para pragas, item chave para a obtenção de sustentabilidade;
- Solo como organismo vivo, com manejo do solo que propicia oferta constante de matéria orgânica (adubos verdes, cobertura morta e composto orgânico), o que resulte em maior fertilidade do solo;
- Independência dos sistemas de produção, com a substituição de insumos tecnológicos e agroindustriais.

Em resposta às grandes transformações mundiais, surgiram diversos movimentos em vários locais do mundo, simultâneos e independentes entre si. Inicialmente apareceu a agricultura biodinâmica, na Alemanha e Áustria, na década de 1920. Na década seguinte, a agricultura natural no Japão e a agricultura organo-biológica na Suíça e Áustria. Nos anos de 1930 a 1940 surgiu a agricultura orgânica na Grã Bretanha e EUA (DAROLT, 2002 *apud* MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006).

O Brasil está se consolidando como um grande produtor e exportador de alimentos orgânicos, com mais de 15 mil propriedades certificadas e em processo de transição, das quais 75% pertencem à categoria de agricultores familiares (SEBRAE-DF, 2010).

O termo agricultura orgânica é utilizado de forma generalizada nos principais países do mundo. Mencionado em documentos oficiais de organismos internacionais (ONU, UNCTAD, FAO), é também encontrado na legislação brasileira, desde a Instrução Normativa nº 7, 17/05/1999 (BRASIL, 1999), estabelecendo-se com a recente Lei 10.831, de 23/12/2003 (BRASIL, 2003).

O apoio à produção orgânica está presente em diversas ações do governo brasileiro, que oferece linhas de financiamento especiais para o setor e incentiva projetos de transição de lavouras tradicionais para a produção orgânica. A Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, considera produto orgânico aquele oriundo de um sistema orgânico de produção definido da seguinte maneira:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, à minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível os métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização e a proteção ao meio ambiente (BRASIL, 2003).

A referida Lei estabelece em seu artigo 3º as formas legais para a comercialização dos produtos orgânicos:

Art. 3º - Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

O Decreto-Lei nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 regulamenta a Lei nº 10.831 e disciplina as atividades de produção, transformação, transporte, armazenamento e comercialização de produtos orgânicos (BRASIL, 2007). O decreto define os processos que colocam na legalidade o sistema de produção orgânico. As etapas de certificação passam pela criação de organismos de avaliação da conformidade que devem ser credenciados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Esses organismos acompanham e definem um sistema de certificação para avaliar a conformidade dos processos do sistema orgânico.

A regulamentação possibilita a implantação de sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica. Estes sistemas são definidos por um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação de conformidade de forma participativa (FERNANDES; DUARTE; VILPOUX, 2010).

Para auxiliar no desenvolvimento da produção orgânica, integrando os vários atores da rede, o decreto Lei nº 6.323 cria comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF). Essas comissões possibilitam que representantes dos setores público e privado garantam a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão das políticas públicas voltadas para o setor. Entre outras funções, a CPOrg deve emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica. As comissões funcionam junto às Superintendências Federais de Agricultura do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

O conteúdo do Decreto-Lei n. 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e demais legislações aplicáveis dá competência sobre procedimentos relativos à fiscalização, inspeção, manipulação, circulação, armazenamento, distribuição, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, às áreas de atuação administrativa dos Ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde, em função da natureza do produto.

Conforme informações da CPOrg do Mato Grosso do Sul, existiam no ano de 2010, 730 produtores orgânicos cadastrados no Estado, sendo 30 certificados por empresas habilitadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Assis (2007) indica que historicamente, os primeiros movimentos ligados à agricultura orgânica no Brasil estiveram relacionados à produção de hortigranjeiros, o chamado segmento de FLV (Frutas, Legumes e Verduras) frescos, principalmente hortalças

(legumes e verduras). Estas produções foram a alavanca das iniciativas pioneiras surgidas no Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

Assis (2006) ainda defende que a organização social da produção é fator importante quando se analisa o custo de conversão da agricultura convencional para agricultura orgânica. Trata-se do acréscimo na demanda por trabalho que se observa quando da adoção deste sistema de produção. A produção orgânica é fortemente desenvolvida pela mão-de-obra familiar, que em casos de comunidades rurais oriundas de assentamentos e/ou comunidades tradicionais, é constituída por duas ou três pessoas. O custo relacionado a tempo, qualidade, produção, certificação e comercialização se torna viável em função da participação social da comunidade.

Freitas (2002 *apud* MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006) argumenta que a agricultura orgânica pode reduzir custos e ser tão rentável quanto o sistema químico convencional.

Os estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos representavam aproximadamente 1,8% do total levantado pelo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006). Na distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos por grupo de atividade econômica, predominavam a pecuária e criação de outros animais, com 41,7%, e a produção das lavouras temporárias, com 33,5%. Os estabelecimentos com plantio de lavoura permanente e de horticultura/floricultura figuravam com proporções de 10,4% e 9,9%, respectivamente, seguidos dos orgânicos florestais (plantio e extração) com 3,8% do total.

A percentagem dos estabelecimentos produtores de orgânicos em cada setor de atividade, no nível nacional, indicou maior importância nos setores de horticultura e floricultura (4,4%) (Tabela 2). A produção deste grupo inclui frutas (F), verduras(V) e legumes (L). Os hortifrutí representam um setor de peso significativo no mercado interno, com produtos comercializados em diferentes postos de venda nas grandes metrópoles, incluindo formas de comercialização não convencionais, como redes de economia solidária entre produtores e consumidores e feiras livres locais.

Tabela 2- Proporção de estabelecimentos nacionais produtores de orgânicos no total dos estabelecimentos, segundo os setores da atividade econômica, em 2006.

Grupos da atividade econômica	Estabelecimentos		
	Total	Produtores de orgânicos	
		Absoluto	Percentual (%)
Total	5.175.489	90.497	1,75
Produção de lavouras temporárias	1.908.654	30.168	1,58
Horticultura e floricultura	200.379	8.900	4,44
Produção de lavouras permanentes	558.587	9.557	1,71
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2.682	52	1,94
Pecuária e criação de outros animais	2.277.211	38.014	1,67
Produção florestal - florestas plantadas	74.344	1.638	2,20
Produção florestal - florestas nativas	126.649	1.644	1,30
Pesca	15.072	153	1,02
Aquicultura	11.911	371	3,11

Fonte: IBGE (2006).

A mesma pesquisa apresenta o índice dos agricultores que se dedicavam à agricultura orgânica no Brasil em 2006, que eram, em maioria, proprietários das terras exploradas (77,3%), com 41,6% deles que possuíam ensino fundamental incompleto e 22,3% que não sabiam ler e escrever.

Adicionalmente, a análise do nível de envolvimento do produtor com cooperativas e/ou entidades de classe revelou que mais da metade não participava de qualquer organização social (54,0%). Entre os que tinham algum vínculo organizacional, 36,6% eram vinculados a associações, sindicatos e outros, resultado relevante ante os organizados em cooperativas que representavam apenas 5,9% dos agricultores dedicados à agricultura orgânica.

Ainda em relação aos orgânicos, a Figura 1 apresenta a proporção dos estabelecimentos nacionais produtores de orgânicos certificados e não certificados, proporcionando uma análise de que a produção de orgânicos é um mercado crescente, porém, necessita de investimentos e credibilidade. Pela análise, as pequenas propriedades (até 10 ha) tiveram participação menor na certificação das áreas produtivas.

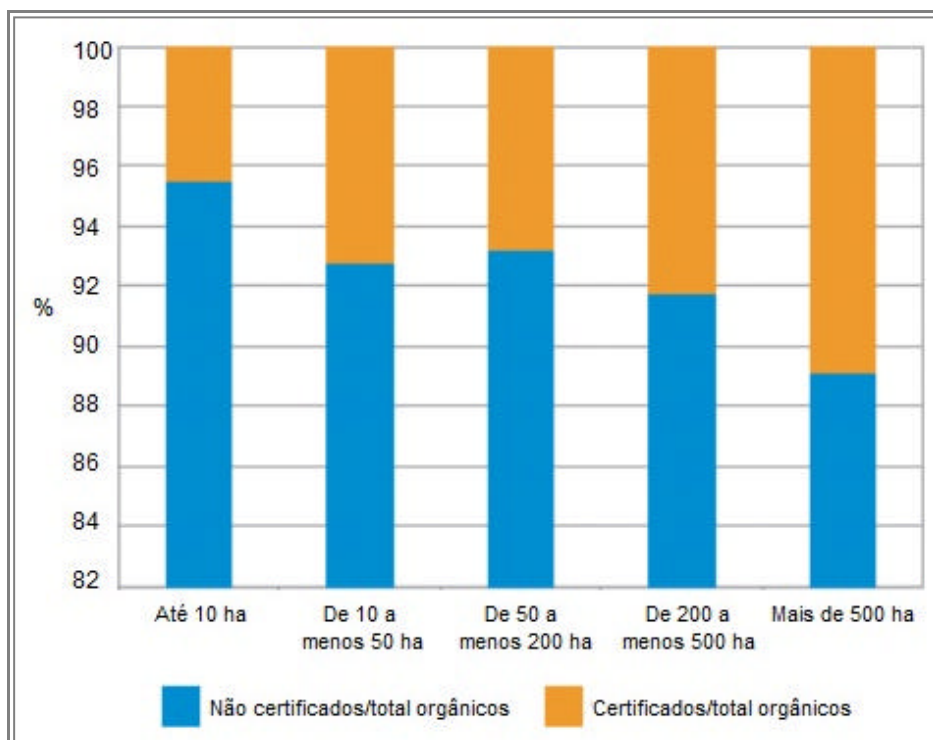


Figura 1- Proporção dos estabelecimentos nacionais produtores de orgânicos certificados e não certificados no total de estabelecimentos orgânicos, por grupo de área, em 2006.

Fonte: IBGE (2006)

Pesquisas realizadas por Momesso, Roel e Favaro (2009) revelam que órgãos governamentais envolvidos diretamente com a reforma agrária estudam formas de viabilizar a sustentabilidade das populações em assentamentos rurais, aldeias indígenas e pequenos produtores em geral, localizados frequentemente em regiões próximas a áreas de preservação. Nesse caso, a agricultura orgânica oferece uma boa opção.

1.2 INSTITUIÇÕES E CAPITAL SOCIAL

Nesta seção, as temáticas abordadas discorrem sobre as instituições formais e informais, além de capital social e confiança. Os temas têm o objetivo de apresentar os critérios de análise que serão usados na análise do potencial de cooperação entre os agricultores que pertencem ao projeto PAIS.

1.2.1 Instituições formais e informais

North (1990 *apud* VILPOUX; OLIVEIRA, 2010) apresenta as instituições como instrumento de interferência no desempenho da economia, isto porque são capazes de afetar os custos de transação e de produção. Neste caso, as instituições desempenham o papel fundamental de reduzir as incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para as organizações.

No mesmo artigo, os autores explicam que existem diferenças entre instituições e organizações. As instituições estão relacionadas às regras do jogo, ou seja, a parte formal do todo, enquanto que as organizações estão correlacionadas com os atores. As organizações podem ser de ordem política (partidos políticos, movimentos sociais, câmaras legislativas, senado, prefeituras), econômica (empresas, organizações sociais, instituições do terceiro setor, cooperativas, propriedades agrícolas) e educacional (escolas, universidades, centros de formação técnica). São grupos da sociedade civil imbuídos de um mesmo objetivo, que buscam alternativas para o bem comum.

Para Grassi (2002 *apud* FELIPE, 2008), as instituições dão condições para nortear todo um sistema. Elas são vistas como “placas sinalizadoras”, que indicam e conduzem os diferentes tipos de comportamento entre os atores. De acordo com Felipe (2008) as instituições definem o elenco dos comportamentos esperados e aceitos num determinado contexto.

Segundo North (1991, p. 97 *apud* VILPOUX; OLIVEIRA, 2010) as “instituições são restrições (normas) construídas pelos seres humanos, que estruturam a interação social, econômica e política. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis e direitos de propriedade)”. As instituições seriam, portanto, as ‘regras do jogo’, seja do jogo econômico, cultural, social, político ou institucional.

A definição de North é bastante abrangente e procura demonstrar todo o universo dos elementos sociais que funcionam como manta protetora para as atividades relacionadas ao setor econômico. Não é necessário reconhecer que as instituições tenham como único propósito restringir as interações humanas, mas é imprescindível saber que elas desempenham esse papel de fortalecer e gerar condições para a formação das interações (AZEVEDO, 1996).

Conceição (2001) ressalta que os teóricos da evolução cultural chamam de instituição a “cultura” ou os aspectos da cultura que afetam a ação humana e organizacional.

De acordo com este conceito, as instituições “estão ligadas ao conjunto de valores, normas, crenças, significados, símbolos, costumes e padrões empíricos socialmente aprendidos e transmitidos, que envolvem todo o universo das atitudes que se espera e são aceitas pelas comunidades específicas do contexto.

Felipe (2008) afirma que as instituições informais norteiam o comportamento do indivíduo, porém, sem a extrema necessidade de se formalizar este comportamento. Como as instituições informais privilegiam as relações entre atores, as penalidades para atitudes fora dos padrões institucionais são também relacionais e consistem essencialmente no afastamento ou exclusão do grupo.

As instituições têm como mola propulsora resolver ou minimizar o problema da cooperação entre os indivíduos, levando-se em conta o grau de dificuldade ou especificidade de cada sociedade. Para que possa ocorrer a cooperação inerente ao funcionamento de uma economia de mercado de forma sistemática, os indivíduos precisam confiar naqueles com os quais estão negociando ou, na falta dessa confiança, nas instituições que induzem ou restringem o comportamento individual em favor da cooperação. As sociedades diferem uma das outras, assim como criam instituições distintas e agem diferentemente para cada situação, a fim de criar mecanismos que permitam que transações interpessoais aconteçam (BUENO, 2003).

A existência de instituições informais facilita a uniformidade do comportamento dos indivíduos, através a existência de uma crença comum entre os atores. A implantação de regras facilita a dinamização das relações de confiança, diminuindo a incerteza sobre o comportamento do outro (OLIVEIRA; SPROESSER; VILPOUX, 2009).

1.2.2 Capital social e confiança

O conceito de capital social é considerado produto das relações sociais. Ele é expresso em valores de difícil mensuração. Está situado, segundo Egler (2004), nos estudos do espaço social que compreendem um ambiente de imaterialidades, que definem as interações entre indivíduos e destes para com a sociedade (FERNANDES *et. al*, 2010).

Para Abramovay (2002) o capital social “[...] é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva [...]”. Putnam (1996) analisa o capital social indagando sobre sua existência principalmente em comunidades que o herdaram de forma cultural.

Nestas, os laços de confiança, elementos básicos do capital social, são mais presentes, o que torna a cooperação mais espontânea.

O capital social surge pelas ações de diferentes agentes na sociedade, mas sua compreensão permanece nebulosa. O francês Pierre Bourdieu e o americano James Coleman são os principais expoentes na divulgação da importância do capital social. Para Bourdieu (1980), o capital social se estabelece como um conjunto de recursos evidenciados nas conexões individuais, funcionando através de redes que se mantêm por interesse mútuo, inconsciente, impulsivo, determinado por elementos principalmente culturais. Cada agente consegue mobilizar e/ou representa um capital social equivalente a sua rede de relações.

Para Coleman, na interpretação de Ximenes (2008), o capital social se localiza não no indivíduo, como no caso de Bourdieu, mas em suas relações com outros indivíduos. Além de destacar da mesma forma como Bourdieu as ações das estruturas relacionais, Coleman enfatiza a importância das formas desse capital, tais como informações, normas, associações, elementos que tendem a facilitar a ação coletiva (FERNANDES *et al.*, 2010).

O capital social não trata o indivíduo como capital, na diferença do capital humano. Como explicam Marteleto e Silva (2004), o capital humano responde pelas habilidades e todo o conhecimento das pessoas para desenvolver dada atividade, sozinho ou em conjunto. Para Putnam (1996 *apud* LOPES; CABELLEIRA, 2004) relações sociais são um dos tipos de capital social, juntamente com a confiança e normas em comum. As escolas, empresas, clubes, igrejas, cooperativas, associações, famílias funcionam como referências, são mediadoras da interação social, valores de integração. Através deste capital, a cooperação passa a ser natural.

Segundo Fukuyama (1996), a confiança nasce no seio da comunidade pela honestidade, união, cooperativismo, comportamento estável e constante de cada membro que compõe essa comunidade conforme os seus valores, sejam religiosos, de justiça, padrões profissionais e código de comportamento. Ela se traduz pela confiança depositada nas mãos de um médico, de um piloto de avião, entre outros.

Locke (2001) define a confiança em duas correntes ou perspectivas: a primeira está relacionada com a parte sociológica, que diz que a confiança é um comportamento de longo prazo, que envolve associativismo, valores éticos e profissionais. A segunda corrente trata da parte econômica que lida mais com o ego do homem, quando há interesses próprios, como a procura de benefícios em longo prazo.

Segundo Hardin (2001 *apud* LOCKE, 2001), a confiança depende muito de cada pessoa. Para Gambeta (1988 *apud* LOCKE, 2001), confiança é acreditar no outro quando dada uma chance e que a mesma depende da situação, da relação entre dois ou mais atores num contexto ou relacionamento particular. Luhmann (1988 *apud* SATO, 2003) escreve que a confiança se torna necessária em situações de riscos ou incertezas. Para Bhattacharya *et al.* (1998 *apud* CORRÊA, 2005), a confiança é uma variável ainda não completamente definida, sendo usada em objetos de pesquisas em várias disciplinas.

Segundo Bradach e Eccles (1987 *apud* AZEVEDO; FAULIN, 2004), a confiança pode surgir através de conhecimento mútuo e experiência passada. É uma característica relacional, específica de uma relação entre uma ou mais partes, onde a mesma não pode ser passada para terceiros.

1.3 RELAÇÕES ENTRE PRODUTORES NA AGRICULTURA FAMILIAR

A melhoria da competitividade na agricultura familiar passe pela organização em redes que, quando formalizadas, podem tomar a forma de associações e cooperativas.

1.3.1 Redes de produtores

As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação (MARTELETO; SILVA, 2004). Para o autor, citando Bourdieu (1985), o capital social é considerado a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada. A estrutura existente na comunidade e a participação efetiva dos atores locais tornam o conjunto mais forte e apto a tomar decisões, traçar objetivos e principalmente propiciar um nível de confiança entre os indivíduos da rede de tal forma que o desenvolvimento sustentável será percebido pela automática inclusão social.

Segundo Britto (2002 *apud* VILLELA; PINTO, 2009) os elementos estruturantes de uma rede são os nós (organizações ou atividades), as ligações (relacionamento entre organizações), os fluxos (de bens e informações) e as posições (estrutura de divisão do trabalho). A forma como se estrutura uma rede depende das conexões entre os nós, fato que

permite uma flexibilidade na ação conjunta da estrutura formada. Logo, o potencial de combinações entre os nós depende da coesão e das necessidades de compartilhamentos.

O conceito de rede é amplo e abrangente, pois considera relações que podem ser tanto verticais, laterais e horizontais (FARINA; ZYLBERSZTAJN, 2003). Conforme Silva Júnior (2007), o termo rede pode referir-se a relacionamentos entre vários agentes. Miles e Snow (1992 *apud* SILVA JÚNIOR, 2007) afirmam que conscientizar o agricultor familiar a se organizar em rede é indispensável para torná-lo produtivo e rentável.

Em 1990, Powel chamou de “formas híbridas de organização”, como parcerias, alianças estratégicas e outros, os arranjos organizacionais cooperativos, que se estruturam em forma de rede, criando teias de comunicação e de compromissos, trocando informações em diferentes direções (SILVA JÚNIOR, 2007). A teia entrelaça, prende, amarra as ideias, os objetivos e metas de todos os participantes da comunidade. O enlace da teia promove vantagens para o coletivo, assim como acesso a mercado, tecnologia, assistência técnica, inovação e alternativas básicas de vivência.

A formação de redes de empresas é um modelo de arranjo organizacional extremamente eficaz para a sobrevivência e desenvolvimento das pequenas empresas, entre eles os agricultores familiares. Ela evita que sejam eliminadas do mercado. Os exemplos mais conhecidos de resultados favoráveis de cooperação empresarial são os casos da região da Terceira Itália, analisados por Putnam (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Smith-Doerr e Powell (1994), as redes são formadas de relações informais. Os laços sociais e intercâmbio econômico podem se entrelaçar para formar emaranhados por meio de amizade, confiança e reputação. As relações mais formais das redes podem ser realizadas pela necessidade mútua, porém permitem levar à interdependência e às interações rotineiras reduzindo a necessidade de controle formal. De outra forma, os autores consideram que as redes são uma forma relacional de governança na qual a autoridade é amplamente dispersa e é utilizada em ambientes que mudam com frequência, sendo bom para ambientes que necessitam de adaptabilidade.

1.3.2 Associativismo e cooperativismo

De acordo com Silva e Barone (2009), o associativismo rural é a forma encontrada pelos micros, pequenos e médios agricultores para demonstrar seu interesse e necessidade em permanecer na terra. O associativismo pode ser resumido em estratégias de

fortalecimento do processo de coletividade pela interação entre os indivíduos, maior produção e inserção de produtos e serviços no mercado econômico.

As associações são consideradas espaços políticos nos quais seus associados têm condição de desenvolver-se politicamente. Como aponta Neves (2007), uma representação política na comunidade rural, se bem trabalhadas as questões em prol do coletivo, acarretará em novas configurações das relações sociais da comunidade.

O associativismo vem como uma alternativa para a comercialização dos produtos agrícolas nos assentamentos. A proposta de formação de uma associação, por ser geralmente estranha à prática política dos assentados, suscita a reflexão coletiva sob diversos planos. É preciso que os assentados lidem com a alternativa de se atribuir uma representação política e um projeto coletivo (NEVES, 2007). Neste caso, tenta-se superar a estrutura que é colocada na sociedade, superar a cultura individualista, ressuscitando posturas coletivas.

Outras vertentes importantes nos arranjos institucionais da agricultura familiar são as ações de cooperativismo rural entre os atores locais. Para Rios (1976), embora a fórmula organizacional cooperativa tenha se generalizado no Brasil e no mundo, cada experiência torna-se específica e condicionada pelo tempo histórico em que se desenvolve, pelo regime econômico-político, pelo estágio tecnológico da sociedade, pela capacidade organizativa e política e pela ação concreta dos sujeitos. Por este motivo, Schneider (1981) e Novaes (1981 *apud* SCOPINHO, 2006) chamaram a atenção de que a análise das instituições cooperativas necessita da análise anterior da cultura.

O movimento cooperativista brasileiro teve início no começo do século XX, por livre iniciativa de pequenos produtores inspirados pelos emigrantes europeus, que se reuniam para aumentar a taxa de lucro através da eliminação de intermediários em cooperativas do tipo agrícola ou de consumo não autogestionário. Surgiu da iniciativa popular para solucionar o problema da carestia e da insuficiência de abastecimento de gêneros alimentícios básicos nos centros urbano-industriais emergentes. Pelo seu potencial econômico, tornou-se política estatal na década de 1930, uma vez que contribuía para resolver problemas de abastecimento interno e permitia modernizar a produção agrícola, inserindo-a no mercado (SCOPINHO, 2006).

O debate a respeito do significado do cooperativismo no mundo rural brasileiro não é novo e as suas contradições vêm sendo apontadas, destacando-se o fato da organização cooperativa se beneficiar das condições estruturais para crescer, privilegiando o econômico em detrimento do social, ao mesmo tempo em que se mostra incapaz de enfrentar os condicionantes estruturais que dificultam o desenvolvimento dos seus princípios

democráticos. Trata-se do distanciamento entre estrutura organizacional cooperativa e ação social cooperada. As perspectivas apontadas para superar tal contradição não são novas: necessidade de ampliar a reflexão sobre a natureza, significado e destino do movimento cooperativista, o que pode contribuir com a formação de uma consciência política participativa; reorientação dos estímulos de créditos, com o objetivo de favorecer a organização dos pequenos; reforma agrária planejada que democratize a estrutura fundiária e incentive a posse coletiva de terras (SCOPINHO, 2006).

2 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS

Este capítulo se refere a informações contidas nas cartilhas de apresentação e funcionamento do Projeto PAIS, elaboradas pelo SEBRAE nacional, assim como informações da própria unidade de agronegócios do SEBRAE-MS.

A partir da necessidade de um projeto social que atendia as famílias do campo residentes nas proximidades dos centros urbanos, o SEBRAE Nacional desenvolveu a metodologia de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS, que foi replicada para todo o Brasil.

O projeto PAIS baseia-se no conceito de tecnologia social e reúne técnicas simples de produção agroecológica e de promoção do desenvolvimento sustentável. O projeto é destinado, principalmente, a agricultores familiares de baixa renda, assentados em projetos de reforma agrária, produtores de áreas remanescentes de quilombos e participantes de programas sociais do governo federal.

Os objetivos do projeto PAIS são a promoção do desenvolvimento sustentável, o fomento à cultura empreendedora, com a geração de renda, segurança alimentar e comercialização do excedente.

A disponibilidade de um terreno de preferência plano e próximo da moradia, disponibilidade de água e ponto de energia elétrica são fatores importantes para a instalação da unidade do PAIS. Outro fator a ser considerado é a necessidade de o produtor ter uma família constituída.

A foto 1 apresenta um esboço da organização da produção num projeto PAIS padrão.

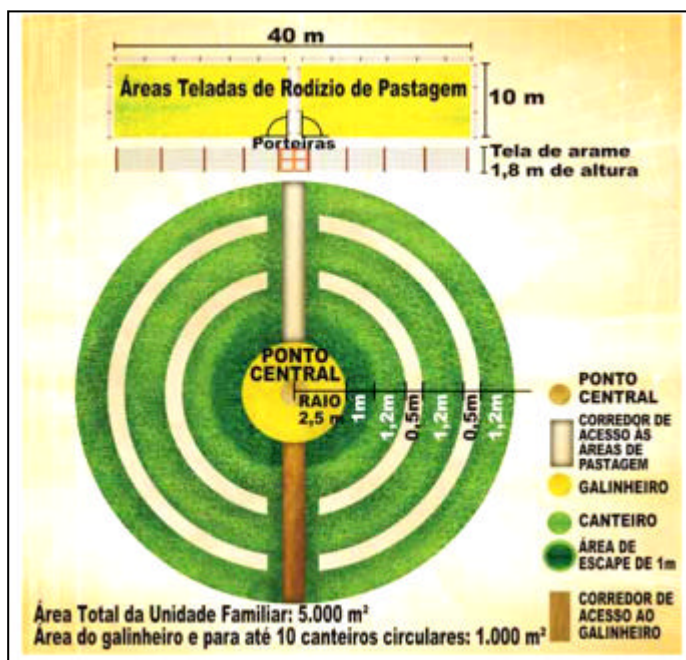


Figura 2- Figura ilustrativa do formato do projeto PAIS desenvolvido pelo SEBRAE (2009).

O projeto reúne um conjunto de atores econômicos de atividades correlatas. O apoio das instituições prevê acompanhamento e assistência técnica durante dois anos. São entregues para cada família um kit de produtos, ferramentas e materiais que inclui: 01 caixa d'água de 5 mil litros, materiais de irrigação suficientes para uma área de 5000 metros quadrados, materiais para construção do aviário, sementes e mudas. Para o funcionamento do PAIS, as parcerias possuem um papel fundamental:

- a) Fundação Banco do Brasil e o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS): viabiliza os recursos financeiros necessários para a aquisição dos kits;
- b) Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): responsável pela gestão do recurso financeiro, além de ser o detentor e multiplicador da metodologia do PAIS. Também realiza o monitoramento das ações e atua na capacitação dos agricultores familiares e técnicos envolvendo administração rural, comercialização, associativismo, relações interpessoais, técnicas de plantio e colheita, controle de pragas e doenças, entre outros. Em casos excepcionais proporciona assistência técnica;
- c) Município: presta assistência técnica voltada para a produção agroecológica, acompanhamento e desenvolvimento do produtor, seleciona as famílias e, se necessário, remaneja os kits.

d) Agência Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural (AGRAER): apoia o projeto por meio de um termo de parceria onde se compromete a oferecer uma assistência técnica própria para produção agroecológica.

Em 2010 o projeto PAIS atingia 2.700 unidades instaladas, 15 estados participantes (RO, MT, MS, GO, MG, ES, BA, SE, AL, PB, RN, CE, PI, PA e PE), 53 municípios e 13.500 pessoas beneficiadas. Nesse mesmo ano, a renda média mensal dos produtores participando dos PAIS era de R\$ 300,00 a 1.000,00.

Em Mato Grosso do Sul, os projetos tiveram início em 2006 e foram implantados nos municípios de Miranda, Nioaque e Sidrolândia, totalizando 90 famílias. A partir de 2008, outros municípios foram contemplados, como Campo Grande, com 100 unidades, Sidrolândia, com 55 unidades, Terenos, 25 e Jaraguari, 20. Para 2011 está prevista a implantação de mais 52 novas unidades para Sidrolândia, 20 no município de Bandeirantes e outras 10 em Três Lagoas. O mapa 1 apresenta os municípios com projetos PAIS implantados ou em previsão, no estado do Mato Grosso do Sul.



Mapa 1 - Localização dos municípios beneficiários com o projeto PAIS no Mato Grosso do Sul, em 2008.

O projeto PAIS atende produtores oriundos da agricultura familiar e localizados, em sua maioria, nos assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o PNCF que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

Em Sidrolândia, os assentamentos contemplados em 2011 foram Eldorado e Alambari FAF, cada um com 25 projetos. Em Jaraguari estão localizados projetos no Vale Verde e na região do Jatobá e Boa Vista, com 20 unidades ao todo. Em Terenos existem 25 unidades espalhadas na região urbana, no assentamento Contato, Pontalzinho, Nova Querência e Guariroba. Em Campo Grande existem aproximadamente 120 unidades, distribuídas entre as comunidades Três Corações, Nova Era e Terra Boa, Conquista, Pantanal, Só Alegria, Sucuri, São Luiz e Universal, Rochedinho, Anhandui, Três Barras e comunidade quilombola Buriti. A Foto 2 proporciona uma visão real da formação circular da horta.



Foto 2 - Horta circular - projeto PAIS, no assentamento Guariroba, município de Terenos - MS.

Os agricultores costumam alegar que a produção livre de agrotóxicos exige uma dedicação maior, além do tempo para germinação e desenvolvimento da planta ser mais lento. Ainda, consideram que o custo da produção é mais elevado, haja vista ser necessário reinvestimento na terra, nas compras de sementes de qualidade, nos insumos, nas máquinas e equipamentos.

Os agricultores percebem que o consumidor prefere o consumo do produto orgânico, considerado um produto puro e livre de agroquímicos, que resulta em produto mais

saudável. Por outro lado, muitos consumidores que preferem consumir o orgânico não o compram por considerar o preço do produto elevado.

A agregação de valor à produção orgânica é estabelecida a partir do momento em que a área de cultivo passa a ser certificada. Diante desta necessidade, o SEBRAE, por meio da unidade de agronegócios, proporcionou o acesso à certificação de produtos orgânicos por auditoria com subsídios do programa SEBRAETEC, instrumento do Sistema SEBRAE que permite às empresas demandantes (agricultores familiares) acesso a conhecimentos tecnológicos e/ou a introdução de inovações nas empresas ou no mercado.

Com o apoio financeiro do programa SEBRAETEC, a gerência do PAIS, contratou o Instituto Bio Dinâmico - IBD, localizado em Botucatu - SP, para certificação dos produtores locais. Os custos da atividade foram distribuídos de forma que o Programa de Tecnologia do SEBRAE arcasse com 80% das despesas e o agricultor familiar com 20%. Em abril de 2011, os primeiros produtores começaram a receber o Selo de Produção Orgânica, emitido pelo IBD, num total de 127 propriedades certificadas.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esse capítulo descreve a metodologia adotada para o levantamento dos dados e a seleção da amostragem para aplicação dos questionários.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa utilizado para avaliar a organização dos grupos foi o indutivo. É um método científico que obtém conclusões gerais a partir de premissas individuais. Trata-se do método científico mais usual, que se caracteriza por quatro etapas básicas: a observação e o registo dos fatos; a análise e a classificação dos fatos; a derivação indutiva de uma generalização a partir dos fatos e a constatação/verificação dos fatos (SILVA; MENEZES, 2001)

No método indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. A pesquisa de campo é utilizada para garantir o conhecimento do local, dos seus atores e de suas dinâmicas (OLIVEIRA, 2008). Para Lima (2004 *apud* OLIVEIRA, 2008), a pesquisa de campo pressupõe a apreensão dos fatos investigados, exatamente onde, quando e como ocorrem.

Carnevalli e Miguel (2001) salientam que pesquisa de campo é uma fase que deve ser aplicada após o estudo bibliográfico, de forma que o pesquisador esteja embasado em um bom conhecimento do assunto. É nesta etapa que se definem os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

Na pesquisa sobre o potencial de cooperação dos produtores do projeto PAIS na região de Campo Grande, o estudo bibliográfico foi dividido entre dados secundários e primários. Os dados secundários consistiram em revisão bibliográfica embasada em artigos científicos, para consolidação da teoria aplicada na pesquisa. Os dados primários foram

obtidos a partir de documentos do SEBRAE, referentes a informações sobre o projeto PAIS no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

Silva e Menezes (2001) descrevem que o instrumento de coleta de dados deve proporcionar uma interação efetiva entre o pesquisador, o informante e a pesquisa realizada. Para facilitar o processo de tabulação de dados por meio de suportes computacionais, as questões e suas respostas devem ser previamente codificadas. A coleta de dados está relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa e fundamenta-se em obter elementos para que os objetivos propostos na pesquisa possam ser alcançados.

Compreender as relações de uma comunidade depende de um estudo *in loco*, próprio de uma pesquisa de campo. Esse tipo de pesquisa, na definição de Gil (1996), compreende um processo que obedece a uma linha racional de averiguação dos comportamentos no meio, a fim de construir uma teoria que dê soluções à problemática identificada ou respaldo para a mesma.

Segundo Carnevalli e Miguel (2001), uma amostra pode ser probabilística (casual), quando a escolha dos elementos da amostra é aleatória, ou não probabilística (não casual), quando a escolha dos elementos não é feita aleatoriamente. No caso do estudo de Carnevalli e Miguel (2001) utilizou-se de uma amostra não probabilística, baseada em autores que afirmam poder ocorrer de cinco formas:

- a) Acidental: o pesquisador escolhe o elemento que lhe convém (exemplo: estar no local da entrevista, etc.) (LEVIN, 1987; MATTAR, 1996);
- b) Intencional: a amostra é escolhida intencionalmente pelo pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 1996; OLIVEIRA, 1997);
- c) Por “Juris”: é a seleção de um grupo específico, representativo da população, para fazer várias perguntas (exemplo: renda familiar) (MARCONI; LAKATOS, 1996);
- d) Julgamento (proposital, tipicidade): escolha de um grupo, com característica que represente a população (LAKATOS; MARCONI, 1996; LEVIN, 1987);
- e) Por quota: a partir das características de uma população, o pesquisador pode montar amostras proporcionais.

Para o desenrolar da pesquisa sobre o projeto PAIS foi utilizada uma amostragem não probabilística do tipo intencional. Os produtores foram selecionados com antecedência

em função do local de implantação. Durante as visitas, os agricultores ausentes foram substituídos por outros mais acessíveis.

Na elaboração dos questionários foi verificado que seria necessário identificar o grau de cooperação entre os produtores e os critérios que poderiam favorecer essa cooperação, tais como a existência de regras e costumes similares (instituições informais) e de capital social seguindo os critérios de Coleman e Putnam (participação em associação, igreja, entre outros).

A pesquisa foi realizada em quatro municípios da região de Campo Grande, que haviam sido contemplados pelas unidades dos Kits do projeto PAIS. Realizou-se um primeiro questionário a fim de validar a utilidade das variáveis e a boa compreensão pelos entrevistados. Após as devidas alterações, passou-se a aplicar o questionário à amostragem selecionada. Na amostragem da população foram considerados apenas os produtores beneficiados pelo projeto, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Amostragem da população entrevistada.

Município/Assentamento	Numero total de PAIS	Amostragem da pesquisa
Terenos/Guariroba	12	07
Terenos/Contato	07	01
Terenos/Pontalzinho	02	01
Terenos/Nova Querência	01	00
Terenos/Núcleo Urbano	03	01
Jaraguari/Vale Verde	10	07
Jaraguari/Jatobá	10	02
Sidrolândia/Alambari FAF	25	07
Sidrolândia/Eldorado	25	05
Campo Grande	123	33
TOTAL	213	64

O questionário foi do tipo estruturado, ou seja, com perguntas abertas e fechadas, de caráter qualitativo e quantitativo. O questionário é apresentado no Apêndice.

A aplicação dos questionários se deu no próprio ambiente do agricultor familiar, ou seja, o pesquisador se deslocou até os assentamentos definidos e nas unidades familiares. Antes da aplicação foram explicados os objetivos da pesquisa e da aplicação do questionário. Foram entrevistados os produtores que se encontravam na propriedade e aceitaram espontaneamente responder as perguntas.

3.3 VARIÁVEIS PESQUISADAS

A análise foi dividida em duas partes. Na primeira são analisadas as variáveis que indicam a importância da cooperação para os produtores. Na segunda etapa da análise são apresentadas as variáveis que podem favorecer a cooperação entre os produtores que participam do PAIS.

- **Importância da cooperação para os produtores do PAIS:** essa variável possui como objetivo avaliar a necessidade de cooperação que existe entre os produtores que participam do PAIS. A hipótese de análise foi que os produtores para o qual o PAIS possuem maior relevância econômica eram mais interessados no sucesso do projeto e, em consequência, eram mais propícios em cooperar.

Assim, é possível estimar que quanto maior a comercialização de produtos orgânicos, maior a dependência dos produtores em relação ao projeto. A participação do PAIS na renda dos produtores, a área destinada ao projeto são outras variáveis que foram consideradas como importantes para avaliar a necessidade de cooperação dos produtores.

- **Fatores que influenciam a cooperação entre os atores do projeto:** a importância do PAIS para o produtor pode aumentar o interesse deste em cooperar para garantir o sucesso do programa. No entanto, esse interesse não constitui uma garantia de cooperação entre agricultores. A literatura indica que outras variáveis, como cultura em comum, existência de capital social, facilitam essa cooperação. Na pesquisa sobre avaliação da organização nos PAIS da região de Campo Grande, as variáveis avaliadas foram divididas em duas dimensões:

- Identificação dos agricultores familiares do Projeto PAIS: foram coletadas informações sobre idade do casal, nível de escolaridade, tempo de residência na comunidade rural, origem da família, circunstância de acesso a terra e atividades desenvolvidas antes do acesso a terra. Essas informações visam em definir a cultura dos produtores e a experiência na área. Origem e educação similares facilitam a cooperação entre indivíduos. Presença há muitos anos numa região, mesmo para pessoas originárias de fora, permite a adoção de uma cultura local comum entre os moradores.
- Existência de capital social: além da existência de uma cultura e de experiências comuns, abordadas no item anterior, a existência de capital social foi avaliada a partir da participação ou frequência de lugares comunitários, como indicado por Coleman e Putnam. Entre as variáveis avaliadas, é possível citar a participação em Igreja, mutirão, associação e cooperativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo analisaram-se os resultados da pesquisa de campo, onde foram entrevistados 64 agricultores familiares com o objetivo de avaliar o potencial de cooperação entre os produtores do projeto PAIS, na região de Campo Grande.

Como indicado na metodologia, a primeira parte da análise consiste na análise da importância da cooperação entre os produtores. Os produtores beneficiados pelo projeto PAIS estão organizados em pequenos subgrupos. Um dos objetivos do projeto é o trabalho coletivo, com maior cooperação entre os indivíduos para que possam difundir a tecnologia PAIS e, ter uma produção em escala e em volume.

Conforme as análises dos questionários, percebe-se que ainda são incipientes as demonstrações de cooperação entre os agricultores familiares. As pequenas ações coletivas são percebidas apenas durante a participação em dias de campo organizados pelos parceiros do projeto. Os produtores aproveitam para trocar experiências, seja em referência a produção de horta, da criação de animais, de inovações criadas por eles, na troca de sementes, esclarecimentos de dúvidas e nos convites feitos aos companheiros a visitarem suas propriedades.

Em setembro de 2010 os agricultores do município de Campo Grande fundaram uma cooperativa de produção orgânica, a primeira do Mato Grosso do Sul, denominada ORGANOCOOP. Como a criação dessa cooperativa foi apenas 3 meses antes da aplicação dos questionários, não foi possível realizar uma avaliação do potencial de cooperação.

4.1 IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PARA OS PRODUTORES

Esse Item avalia a importância dos projetos PAIS para os produtores. Agricultores que utilizam o PAIS apenas para consumo próprio deverão ter menos interesse em cooperar

com os outros, apesar da cooperação ser considerada um fator determinante para o sucesso do projeto.

O projeto PAIS é considerado pelo SEBRAE como uma alternativa de renda, pois a produção de holerícolas pode ser comercializada em mercados da região, complementando a renda das famílias beneficiadas. A Unidade de agronegócios do SEBRAE-MS indicou que os primeiros projetos PAIS instalados em 2006 tinham como objetivo a produção de hortaliças para subsistência. Porém, com o desenvolvimento do projeto o SEBRAE considerou como necessidade a comercialização do excedente pelos produtores.

Desta forma, a partir de 2008 os novos beneficiários do projeto tiveram a orientação de produzir para o consumo da família, mas também comercializar parte da produção, com a finalidade de reinvestir na propriedade, ampliar a área produtiva e obter renda que subsidiasse as necessidades das famílias.

Para comercializar, a opção mais fácil para os produtores é a comercialização em feira. Essa opção funciona bem em Campo Grande, onde as barracas foram projetadas para abrigar duas pessoas, com divisão do espaço entre agricultores do mesmo assentamento. A prefeitura municipal de Campo Grande idealizou e criou a primeira feira de produtos orgânicos da capital, reconhecida e fiscalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Todos os produtores envolvidos foram contemplados com uma barraca. A feira é realizada todas as quartas-feiras, no período da manhã, na praça do Radio Club, região central da cidade (Foto 4).

Num primeiro momento, a repercussão da feira foi boa e houve a necessidade de atender os consumidores em outro dia e outra região de Campo Grande. Assim, a feira foi ampliada para o estacionamento da prefeitura, sendo realizada aos sábados no período matutino.

No entanto, a falta de diversificação de produtos, as dificuldades de transporte para a produção e os custos de manutenção da feira foram dificultando a permanência dos feirantes na feira. Com isso, houve a diminuição do número de barracas em funcionamento, sinal da dificuldade de mobilização dos produtores da capital.



Foto 4 - Feira de produtos orgânicos no município de Campo Grande.

Na época da aplicação dos questionários, a prefeitura formulou o projeto de Compra Direta da Agricultura Familiar, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que permite a aquisição de alimentos da agricultura familiar para doação ou formação de estoques públicos. Com a aprovação do projeto, a prefeitura passará a comprar os produtos hortifrúti produzidos nas unidades do PAIS, com a proposta de aquisição anual de no máximo R\$ 4.500,00. Os produtores já haviam sido cadastrados para vender seus produtos e aguardavam pelo cumprimento do contrato.

No município de Jaraguari, na época da pesquisa não existia feira livre. A primeira estratégia de comercialização articulada pelos parceiros foi de negociar com mercados do próprio município, além de negociar com uma escola estadual da capital, envolvendo a participação de um quarto dos produtores. A quantidade comercializada era pouco representativa. Segundo os produtores ainda não existia produtos suficientes para atender aos mercados, pois estes ainda não dominavam as técnicas de produção orgânica. Além disso, alguns produtores trabalhavam fora da propriedade e dedicavam pouco tempo a produção da horta.

Os parceiros do projeto PAIS aprovaram um projeto de apoio a comercialização que teve como objetivo estruturar uma feira livre no município de Jaraguari, pois era uma demanda dos agricultores. O projeto deverá ser inaugurado no segundo semestre de 2011 e

contemplará barracas, avental, balança de medida e caixas para transporte dos produtos, conforme informações da unidade de agronegócios do SEBRAE-MS.

No município de Terenos a comercialização acontecia na feira livre, todas as quartas-feiras, no período noturno, com participação dos produtores do assentamento Guariroba e do entorno da cidade. Um grupo do mesmo assentamento participava também do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e abastecia com cheiro verde duas lojas de mercados da rede econômica de Campo Grande (Foto 5).



Foto 5 - Comercialização dos produtos em escolas e supermercados.

Por estarem mais distantes do centro urbano, os produtores do assentamento Contato, no município de Terenos, preferiam comercializar na Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul - CEASA e em restaurantes da capital, para onde se deslocavam com a mercadoria a cada 15 dias. O custo de logística para entrega da produção na CEASA era bastante alto, conforme relato de alguns produtores, pois a produção não segue um planejamento e nem escala de produção. A cada viagem trazem em média 05 a 08 caixas de um produto sazonal. Como os produtos seguem a safra, com grande oferta, e as quantidades transportadas são reduzidas, o preço de comercialização é baixo e o custo logístico elevado, o que diminui muito os ganhos dos produtores.

Por fim, o município de Sidrolândia possuía uma feira livre apoiada pela prefeitura e que foi reestruturada a fim de atender a demanda de produção da agricultura familiar. Nesse município, o poder público disponibilizou um caminhão para transportar a produção de todas as comunidades rurais do município. Os produtores interessados em aproveitar o transporte avisam a secretaria de desenvolvimento econômico e o motorista do caminhão passa nos pontos combinados recolhendo os produtos. Um dos produtores

acompanha o motorista e faz a entrega dos produtos do grupo em supermercados da cidade de Campo Grande.

Os resultados apresentados indicam a existência de um mercado potencial para os produtores do PAIS, que seja em feiras, supermercados ou até na CEASA. No entanto, o trabalho de acesso a este mercado está assessorado pela unidade de agronegócios do SEBRAE-MS e pelas prefeituras envolvidas com o projeto. Essas informações indicam uma grande dependência dos produtores em relação às organizações de apoio, sem garantia de sucesso após a saída dessas organizações.

É importante verificar os resultados das ações de comercialização sobre os produtores. A figura 3 apresenta a participação do projeto PAIS na distribuição de renda dos produtores do projeto.

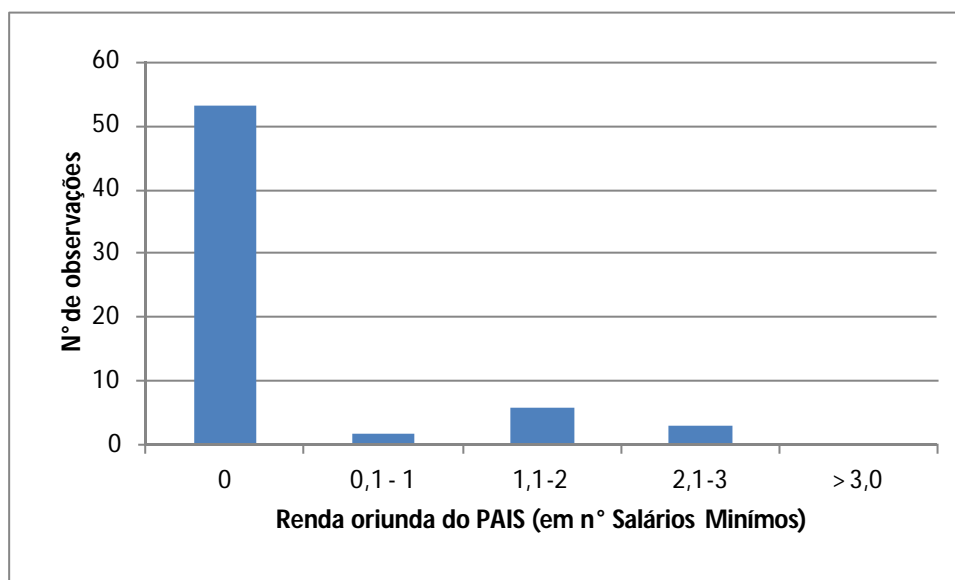


Figura 3- Distribuição da renda mensal oriunda do Projeto PAIS nos produtores entrevistados.

A renda média mensal proveniente da horta do PAIS, na época da pesquisa, demonstrou que a sobrevivência das famílias não está embasada na comercialização dos produtos oriundos do projeto. Mais de 78,12% dos entrevistados não comercializavam nenhum produto do PAIS. A renda desses agricultores provem exclusivamente de outros produtos já presentes na propriedade antes da implantação do PAIS ou de outros benefícios, principalmente aposentadoria. Entre os principais produtos encontrados é possível citar pimenta, banana, abacaxi, maracujá e outros produzidos em maior escala.

Nota-se que as ações que tendem a desenvolver as comunidades rurais devem partir dos anseios da comunidade, pois, são elas que conhecem suas maiores necessidades. No caso específico do PAIS não houve demonstração de interesse pelo projeto como um todo, mas sim, pelos benefícios que lhes são oferecidos, tais como equipamentos de irrigação, doação de sementes, assessoria de comercialização. Os resultados apontam que as ações ofertadas por agentes externos sem a participação da base encontram maiores dificuldades para conseguir a coesão do grupo e a melhoria da renda das famílias.

Os agricultores familiares também desenvolvem outras atividades a fim de compor a renda bruta da família. Alguns prestam serviços de diarista para os vizinhos, outros exercem a pluriatividade, com a produção de doces caseiros, conservas, artesanatos. Mesmo assim, a renda familiar permanece muito baixa, conforme indicado na Figura 4, o que reforça as conclusões sobre a pequena influencia do projeto PAIS na renda dos produtores.

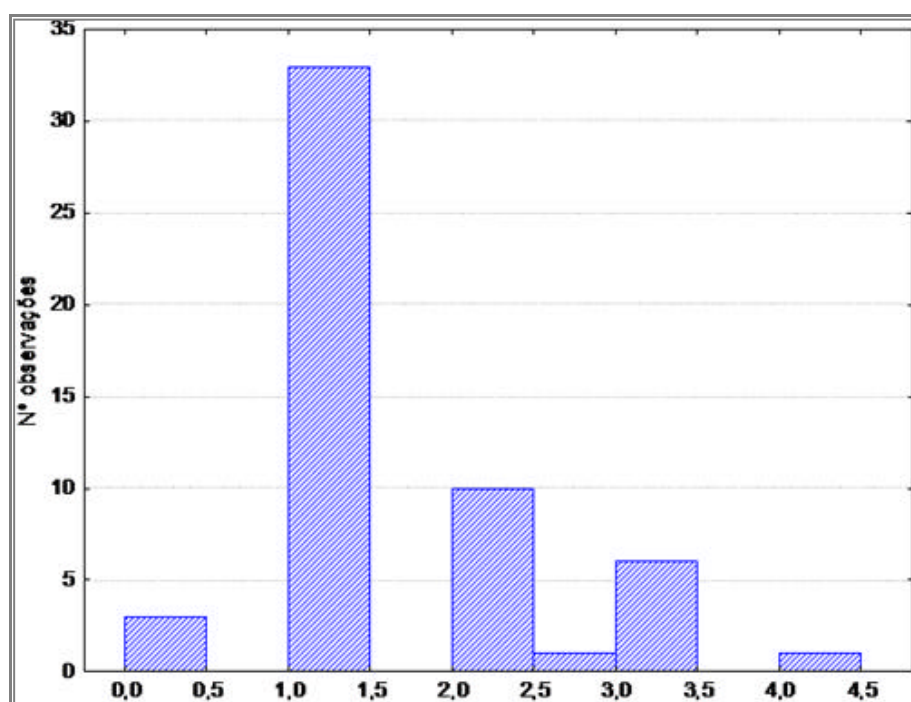


Figura 4 - Renda mensal familiar dos produtores entrevistados.

Conforme pesquisa de Bergamasco (1997), em meados de 80 começou-se a discutir e pesquisar a economia dos assentamentos rurais. A primeira pesquisa, divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 1987, indicava que as famílias assentadas possuíam renda média inferior a 02 salários mínimos e que parte significativa dos agricultores vivia da renda proveniente de atividades externas. No ano de 1991, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO avaliou a situação da

agricultura familiar e encontrou uma renda média de 3,7 salários mínimos por família, considerando variações regionais (Tabela 3).

Tabela 3 - Renda média familiar por região nos assentamentos rurais brasileiros, em 1991.

Regiões	Renda média familiar
Centro-Oeste	3,85
Nordeste	2,33
Sudeste	4,13
Sul	5,62
Brasil	3,70

Fonte: FAO (1991 apud BERGAMASCO, 1997).

Diante do comparativo histórico, nota-se que a renda dos produtores do projeto PAIS não foge da realidade econômica dos assentamentos brasileiros. Nesse caso é possível confirmar que o projeto PAIS não teve nenhum impacto direto sobre a renda dos produtores, apesar de todos os esforços das organizações de apoio para favorecer a comercialização.

Outro fator de relevância para a análise de cooperação foi pautado na área produtiva do PAIS. Os produtores selecionados para o projeto deveriam implantar a horta agroecológica numa área de no mínimo 5.000 m², projeto inicial com três canteiros circulares, suficiente para atender uma família de cinco pessoas. O desenho do projeto possibilita a expansão de mais três canteiros, de forma a gerar aumento da produção e estimular o agricultor a comercializar os produtos no mercado local. Com base nesta informação, a pesquisa avaliou o tamanho real da área utilizada para o cultivo (Figura 5). Foi estimado que um produtor realmente interessado pelo projeto tivesse mais probabilidade de investir e, em consequência, de ter aumentado a área reservada ao PAIS.

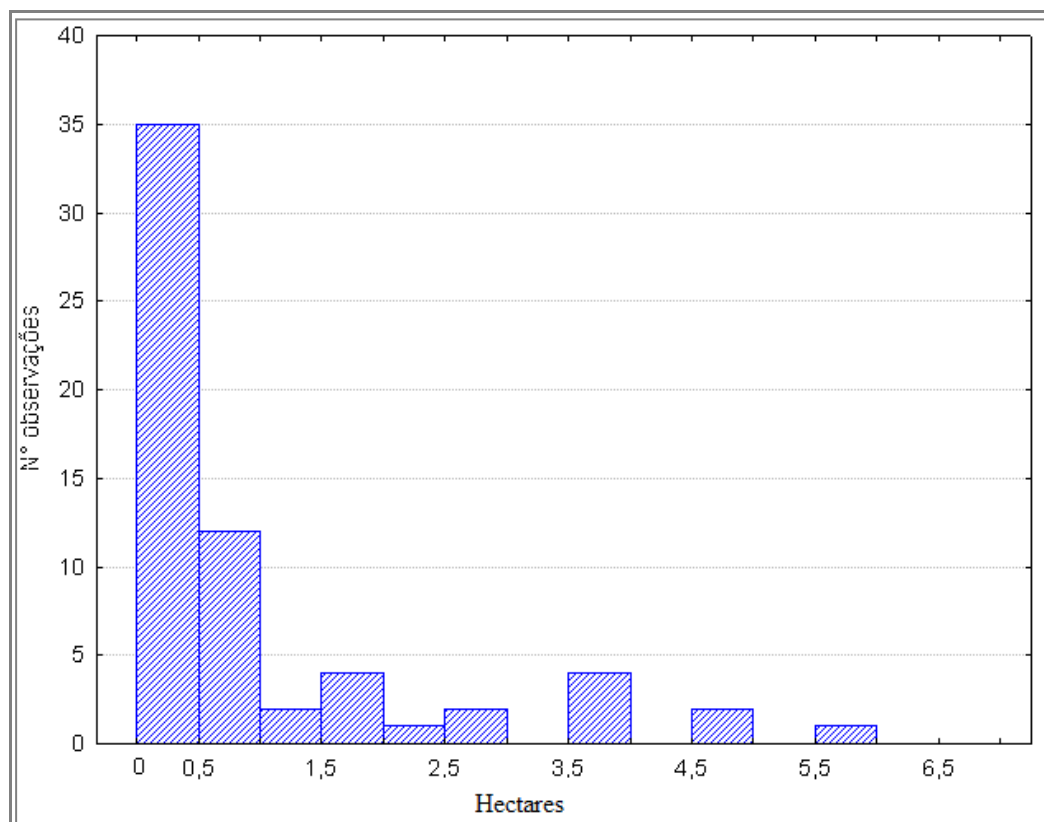


Figura 5- Distribuição de hectares para produção da horta, dos produtores entrevistados.

Foi observado que os agricultores familiares seguiram a orientação recomendada quanto ao tamanho da área. No entanto, 54,68% dos entrevistados permaneceram com a área mínima obrigatória. A falta de experiência na produção orgânica pode ter sido um fator limitante para a ampliação do cultivo.

Por outro lado, houve alguns produtores que demonstraram interesse na produção e ampliaram as quantidades de canteiros, chegando a atingir até 6,5 hectares. Esse resultado demonstra que alguns produtores possuem um real interesse em desenvolver a produção de orgânicos, com comercialização de seus produtos e investimento em área complementar. Em consequência, esses produtores deverão ser identificados e apoiados em prioridade, pois são aqueles que possuem a maior probabilidade de cooperação.

A probabilidade de cooperação não se transforma automaticamente em cooperação efetiva. Alguns fatores, como a cultura, a experiência em comum e a existência de outros tipos de capital social possuem grande importância. Esses fatores são abordados no item 4.2.

4.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A COOPERAÇÃO ENTRE ATORES

Nos assentamentos rurais é comum ver famílias desenvolvendo atividades de forma individual. A partir do momento que aceitam participar de atividades coletivas na comunidade, começam a surgir aparecer benefícios, assim como, a possibilidade de usufruir de projetos e demais facilidades que dificilmente conseguiriam ter sozinhos.

Os fatores que facilitam a cooperação entre os indivíduos estão ligados a criação de relação de confiança entre os produtores. Essa confiança aparece principalmente a partir da existência de capital social conforme a definição de Coleman, que depende da participação em conjunta de associação e outras organizações, de experiências e de uma cultura comuns.

4.2.1 Características dos produtores

Os atores pesquisados se identificaram como grupos sociais distintos. Suas histórias, cultura e relações com a terra diferem e não foi possível identificar nenhum vínculo entre eles anterior à vivência na comunidade rural.

Os produtores entrevistados possuíam entre 20 e 80 anos de idade, com predominância da faixa-etária entre 40 e 60 anos. Entre os critérios de seleção adotados para beneficiar as famílias para o projeto PAIS, o fator idade não interfere na escolha, porém, é necessário que o produtor tenha família constituída (esposo, esposa, filhos), aspecto considerado uma vantagem na disponibilidade de mão-de-obra familiar.

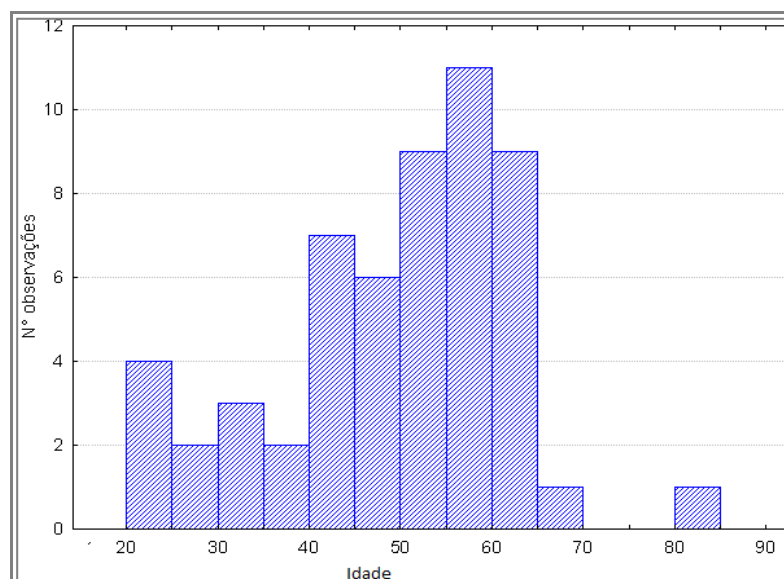


Figura 6 - Distribuição de idade entre as pessoas entrevistadas.

A idade influencia no grau de responsabilidade e do comprometimento com projetos que podem resultar em benefícios para a família. A maturidade traz consigo o desejo da segurança e do bem-estar, além da facilidade de interação entre pessoas da mesma faixa-etária.

A concentração de produtores com família estabelecida e de idade entre 40 e 60 anos cria, mesmo de forma involuntária, uma certa homogeneidade entre os participantes do PAIS, o que pode favorecer a cooperação entre eles.

Além da idade foi avaliado o nível escolar dos produtores (Figura 7). Os casais eram apenas alfabetizados e tinham nível escolar inferior ao ensino médio, desta forma, o grau de escolaridade foi avaliado como baixo e pode se explicar pela idade avançada dos entrevistados, pois, conforme Vilpoux e Oliveira (2011), o nível escolar nos assentamentos do estado é melhor entre os mais jovens. Di Pierro (2006) relatou que o Censo de 2000 registrou que 28,33% dos jovens e adultos brasileiros que viviam na zona rural eram analfabetos, percentual que se elevava a 43,9% no grupo etário com mais de 39 anos de idade. Bergamasco (1997) indica que as médias nos assentamentos Brasileiros apontam para 39,4% de analfabetos/alfabetização, porcentual similar aos titulares de ensino primário incompleto.

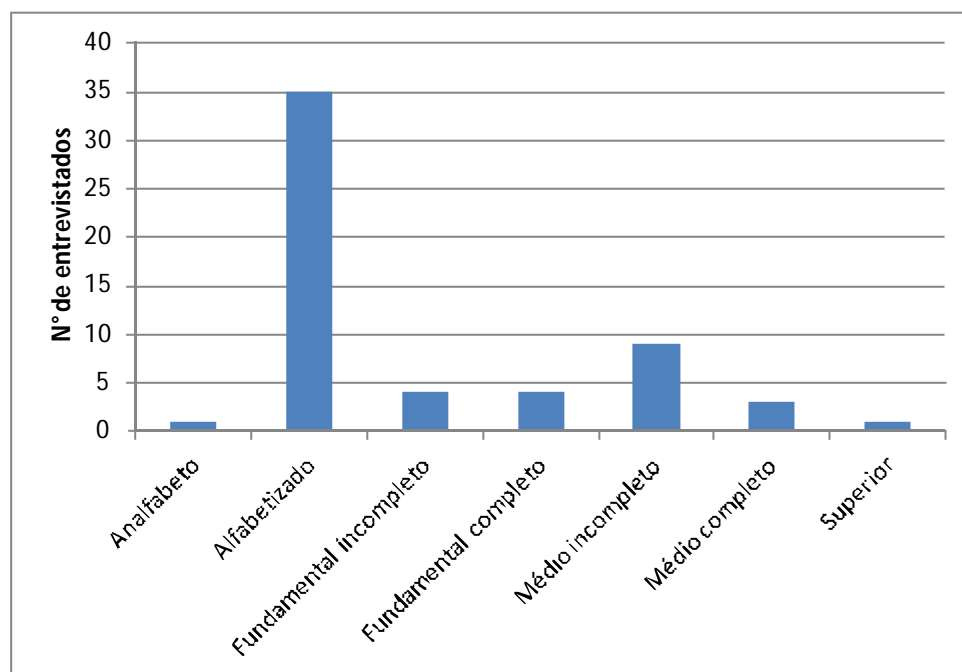


Figura 7 - Nível escolar dos horticultores entrevistados.

O PAIS não define critérios para o nível escolar do produtor. Porém, o desenvolvimento do projeto depende, como em qualquer outro, do entendimento da

metodologia e de seus objetivos. Um maior nível de escolaridade pode gerar maior capacidade técnica, produtiva e organizacional. É possível estimar que um produtor com maior nível de educação poderá perceber melhor as vantagens da cooperação para aumentar sua renda a partir do projeto PAIS. Assim, o baixo nível de educação pode ser considerado um fator limitante para a cooperação entre os produtores.

O tempo de residência na propriedade também serviu de parâmetro para identificar os atores desta pesquisa (Figura 8). A permanência dos atores nos assentamentos é considerada um ponto relevante para analisar a existência de uma identidade social e cultural entre os agricultores. É na convivência que se estimula a formação das instituições informais e os contatos entre vizinhos tendem a estruturar a interação social. As instituições informais norteiam o comportamento do indivíduo, sem a necessidade de formalizar este comportamento.

O tempo de moradia na comunidade rural reflete na estabilidade da família no local, proporcionando interação com os vizinhos. As relações sociais começam a surgir a partir do convívio com a vizinhança, da participação das atividades na comunidade, sejam religiosas ou através da participação em reuniões numa associação, aspectos que serão abordados no Item 5.2.2.

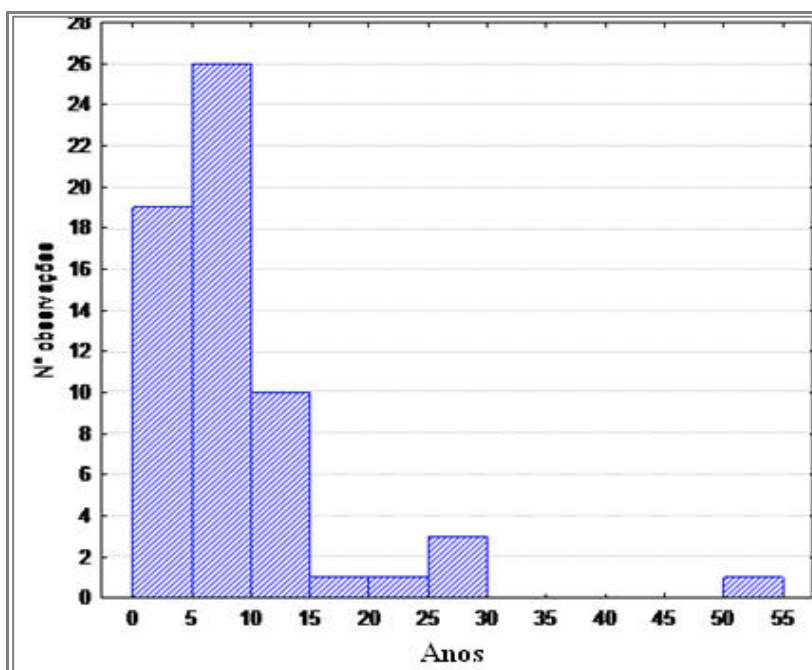


Figura 8 - Tempo de residência na propriedade rural dos produtores entrevistados.

A maioria dos produtores entrevistados mora a menos de 10 anos em sua propriedade, permanência que pode ser considerada como relativamente recente. Perto de um terço dos agricultores entrevistados moram no lugar onde vivem há menos de 5 anos. Esses tempos curtos de moradia não facilitam a criação de uma cultura em comum entre os produtores, o que pode dificultar a cooperação.

Com a finalidade de detectar o sentimento de pertença e a identidade local dos produtores foi também analisada a origem dos casais entrevistados (Figura 9). Uma pessoa pode morar a pouco tempo num lugar, mas ser originária da região e, em consequência, dividir a mesma cultura.

As famílias entrevistadas são originárias de todas as regiões, porém, com predominância do Centro-Oeste, sendo quase que exclusivamente do Mato Grosso do Sul.

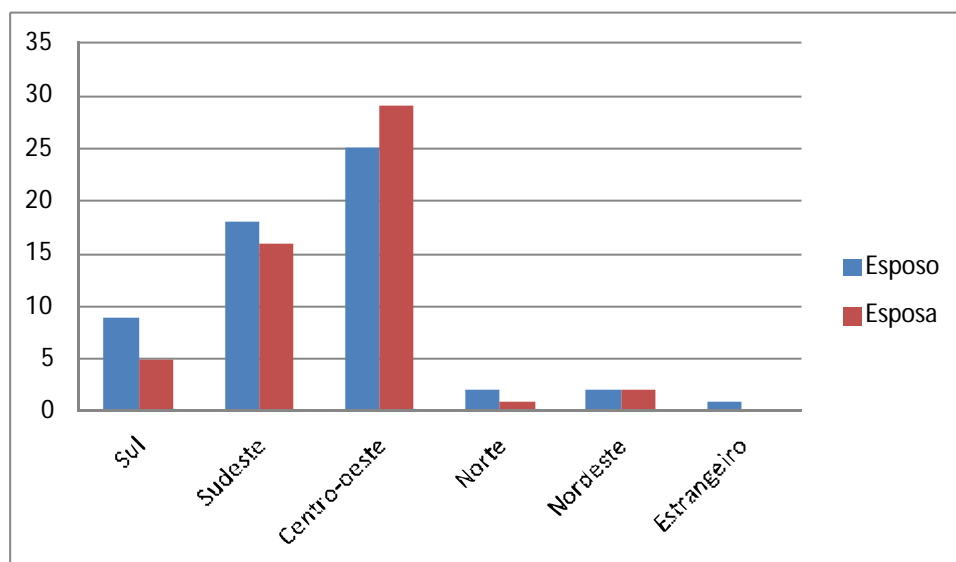


Figura 9 - Origem dos casais de agricultores entrevistados.

A miscigenação de trabalhadores vindos de localidades diferentes, com culturas e hábitos diversos, na busca de oportunidades como a conquista da terra e da fixação da família na área rural, dificulta a concretização do processo mútuo de confiança. Essa situação pode ser comparada com a descrita por Vilpoux e Oliveira (2011), que indicou a grande heterogeneidade nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, o que dificulta a cooperação entre os produtores de regiões diferentes.

Complementou-se a pesquisa, com informações referentes à questão de morar ou não no assentamento. Os resultados apontaram que os produtores entrevistados moravam no assentamento, essencialmente em terras doadas pelo Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária - INCRA, ou compradas por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Apenas 13% dos produtores receberam a terra como herança. Estas propriedades estavam distribuídas no cinturão verde (programa de incentivo a agricultura familiar) dentro dos centros urbanos dos municípios de Campo Grande e Terenos e tinham como base a produção de holerícolas. Menos de 3% dos entrevistados disseram ter adquirido a terra por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Federação da Agricultura Familiar (Figura 10).

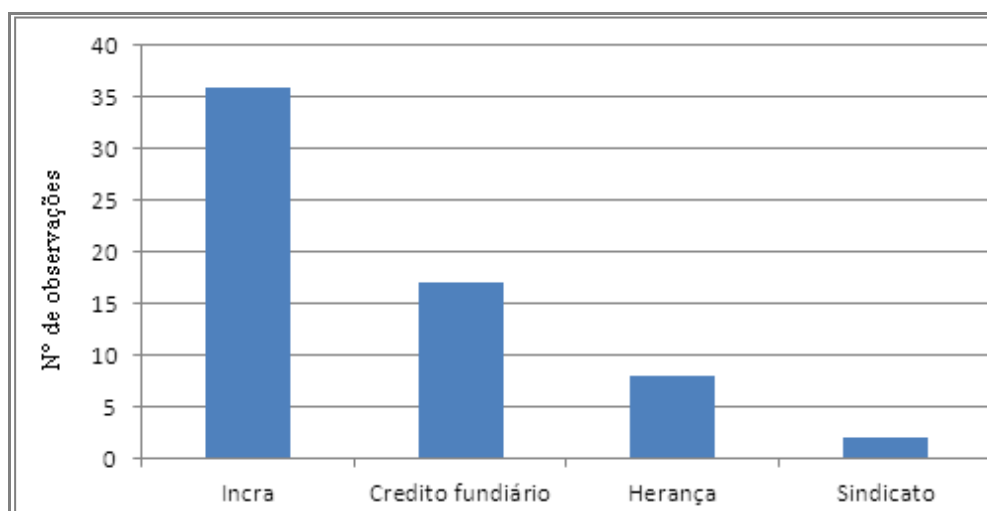


Figura 10 - Origem do acesso a terra para os produtores entrevistados.

A miscigenação de movimentos sociais e as diversas formas de aquisição da terra podem gerar conflitos de ideias. Cada organização possui uma ideologia diferenciada, o que pode dificultar o surgimento de uma rede social entre os agricultores familiares.

A fim de não desviar o foco da pesquisa, não foi aprofundada a análise da militância dos movimentos sociais na reforma agrária. Porém, durante as entrevistas os agricultores evidenciaram que o movimento social tem forte influência até o momento da conquista da terra. Após a assinatura do contrato para ocupar o lote, o movimento deixa de ter participação nas decisões e nas ações do assentamento.

Considerando a diversidade dos movimentos sociais que envolvem os produtores do projeto PAIS, mesmo se esses movimentos possuem uma influência reduzida, dificilmente as regras criadas para organizar o grupo, sejam por meio de estatutos sociais, regulamentos ou ideais de lideranças, serão aceitas por todos. O sentimento de desconfiança não permite a evolução dos projetos, nem tão pouco dos atores envolvidos no processo. Mesmo assim, os

produtores reconhecem a necessidade de permanecerem em grupo, com a intenção de receber os benefícios que os agentes externos levam para a comunidade.

Um fator limitante no processo de organização social é a distância entre os assentamentos e os municípios sedes de onde foram realizadas as entrevistas, conforme pode ser verificado no Quadro 2. O assentamento mais perto de Campo Grande está localizado a 10 km, enquanto a média é de 50 km. Em relação aos municípios sedes, as distâncias dos assentamentos são também grandes, o que dificulta, além da comercialização, os contatos com produtores de outros assentamentos.

Quadro 2 - Distâncias dos assentamentos visitados com o município sede e a capital do Estado, Campo Grande.

Assentamento	Localização	Município Sede	Distancia com Município Sede (Km)	Assentamento/ Capital (Km)
Área rural Campo Grande	Entorno capital	Campo Grande	15 a 45	15 a 45
Vale Verde	BR 163	Jaraguari	47	75 km
Boa Vista				60 km
Guariroba	BR 262	Terenos	27	10 km
Contato				65 km
Eldorado	BR 060	Sidrolândia	73	100 km
Alambari				120 km

A experiência profissional do produtor antes de adquirir sua terra é muito variada, com a existência de inúmeras profissões (Figura 11). Alguns cultivavam hortas convencionais que utilizavam para o consumo da família, mas apenas cinco (5) possuíam experiência em produção de agricultura orgânica. Muitos dos entrevistados não tinha relação nenhuma com a produção agrícola. Esta diversidade de experiências dificulta a formação de um perfil homogêneo entre os beneficiários do projeto e é fator complicador para organizar uma cooperação efetiva.

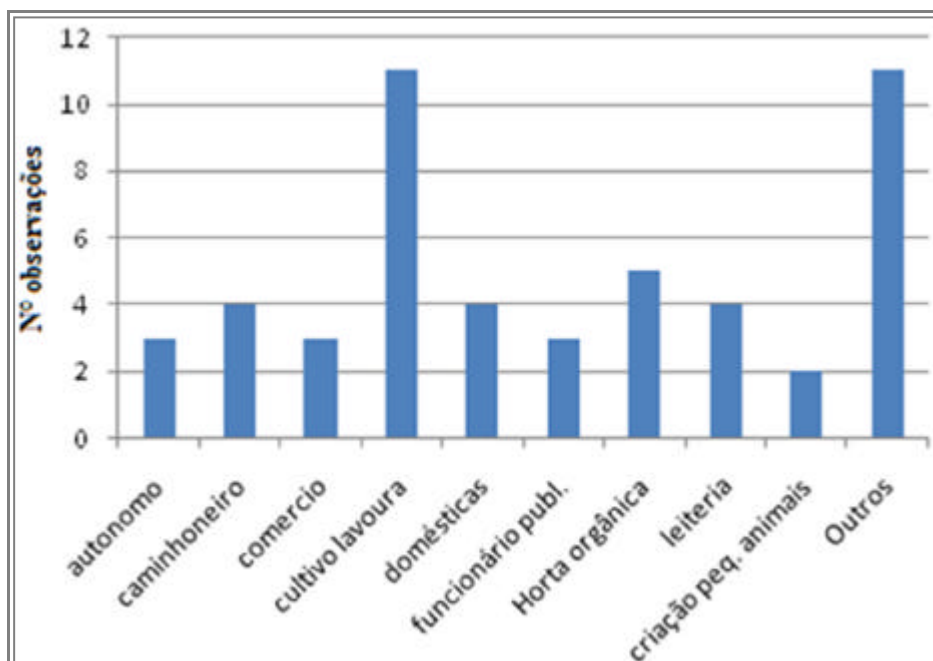


Figura 11 - Atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares antes de possuir terra.

A partir dos resultados obtidos, percebe-se que os critérios de definição para doação do projeto PAIS não foram bem definidos. Neste caso, deveria ter sido feita uma análise das experiências em produção de horta e de técnicas agroecológicas.

4.2.2 Existência de capital social entre os atores entrevistados

Os grupos de forma ampla, tendem a se organizar com o intuito de resolver problemas e atender suas necessidades comuns. No entanto, a união dos esforços depende do processo de confiança. Sato (2003 *apud* LUHMANN 1988), considera o fator confiança a alavanca que impulsiona e ao mesmo tempo norteia situações de risco ou de incerteza de um determinado grupo. A confiança gera a cooperação, o indivíduo precisa sentir-se seguro no meio em que atua.

A pesquisa caracterizou a participação dos agricultores familiares do projeto PAIS nas entidades associativas de suas comunidades, com a finalidade de identificar alguns aspectos de existência de capital social. Foi investigada a participação dos agricultores em igrejas da comunidade, em trabalho com mutirões, associação rural.

A participação em igrejas representa uma forma de interação social entre os indivíduos. É no espaço da igreja que se reproduz harmonia, união e respeito, pois este é um lugar considerado neutro. Os participantes comungam da mesma ideologia e seguem as mesmas regras.

Não foram identificadas igrejas em todos os assentamentos que fizeram parte desta pesquisa. Nestas comunidades os cultos religiosos aconteciam nas residências, as famílias se revezavam para receber os devotos e o celebrante. O fato de aceitar participar do movimento religioso na casa do vizinho é uma prova consistente que “um depende do outro”. Mais uma vez o ato cooperativo se configura numa atividade de vizinhança, de proximidade. A ação de aceitar o outro em sua casa demonstra a capacidade de aceitação das diferenças.

Nos assentamentos que possuem Igreja, como Eldorado e Alambari (Sidrolândia), Vale Verde e Jatoba (Jaraguari), Conquista, Nova Era Terra Boa (Campo Grande), foi detectado que a construção da igreja, em alguns casos, foi realizada em forma de mutirão. Os devotos contribuíram com a mão-de-obra, com parte do material de construção e ainda com móveis e equipamentos internos da igreja. Neste ponto, os aspectos religiosos serviram de âncora para aproximar os indivíduos.

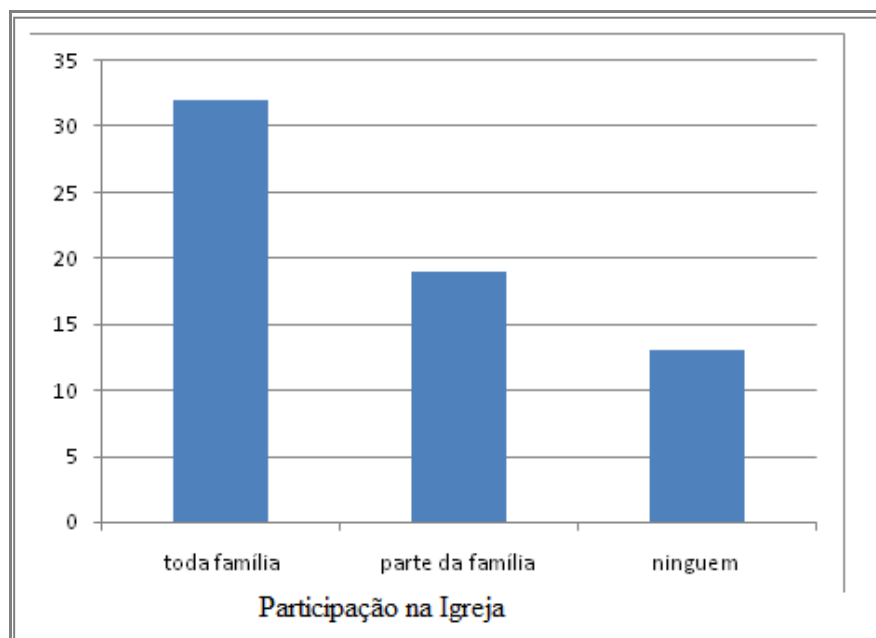


Figura 12 - Participação da família nos cultos religiosos

O capital social entre os assentados, neste caso, pode ser percebido pelo ato de participar dos cultos religiosos de forma frequente, demonstrando o respeito da sociedade rural à filosofia religiosa do grupo. A pesquisa apontou que 58% da população entrevistada

participavam pelo menos uma vez por semana a igreja, contra apenas 8% que nunca à frequentava (figura 13).

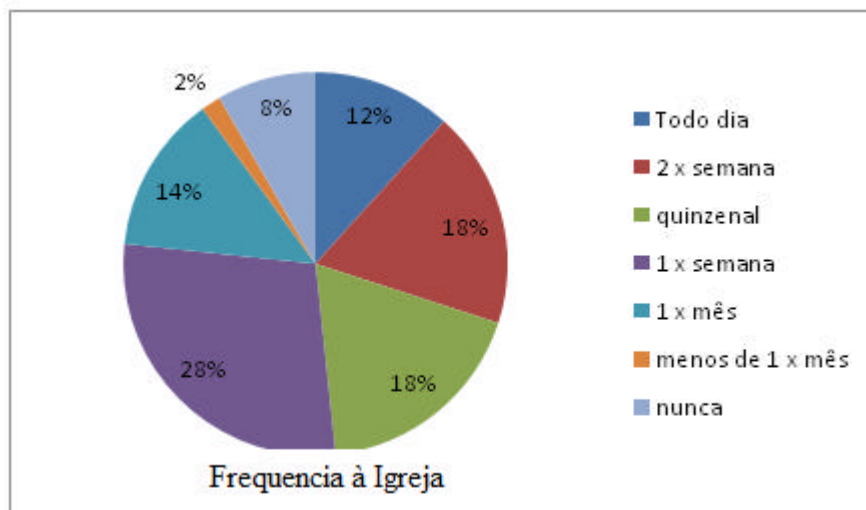


Figura 13 - Frequência com que os entrevistados do projeto PAIS participavam dos cultos religiosos

Os agricultores do projeto PAIS indicaram existir associações rurais em cada uma das comunidades destacadas na pesquisa. Os produtores afirmaram participar de pelo menos 75% das reuniões. Nestas reuniões os assuntos tratados são bem diversos, porém, repetitivos, conforme alguns relatos de produtores. Tratam de assuntos como o pagamento atrasado das taxas administrativas, a individualização das terras, as dívidas com o PRONAF, novas eleições, assuntos que não eram considerados importantes pelos entrevistados.

No entanto, a participação em 75% das reuniões se dava porque o agricultor precisava estar associado a uma entidade social, a fim de ser reconhecido como grupo por instituições governamentais e não-governamentais e assim, receber benefícios como doação de materiais, insumos, equipamentos agrícolas, ser inserido em projetos. Esse tipo de motivação parece indicar que o interesse individual estava maior que o interesse coletivo.

Mesmo com esta perspectiva negativa, ficou evidente que com um melhor planejamento das reuniões, escolhendo assuntos de interesse coletivo, poderia haver um fortalecimento da cooperação.

O pequeno empreendedor organizado em associação rural tem a necessidade de perceber seus interesses sendo representado por um grupo, da mesma forma que precisa contribuir com a prestação de serviços no âmbito desse grupo. Sem essas ações a associação

não tem razão de existir. As ações coletivas que se realizam concretamente dão suporte para alavancar o empreendedorismo rural (MATTOSINHO; FREIRE; CARVALHO, 2010).

Partindo do pressuposto que os agricultores participam das associações, então seria coerente que avaliassem a associação como um todo. Com isto, 41% deles consideraram sua associação como razoável e 22% como boa (Figura 14). A elevada participação dos produtores nas reuniões somada a uma boa avaliação indica o papel importante das associações.

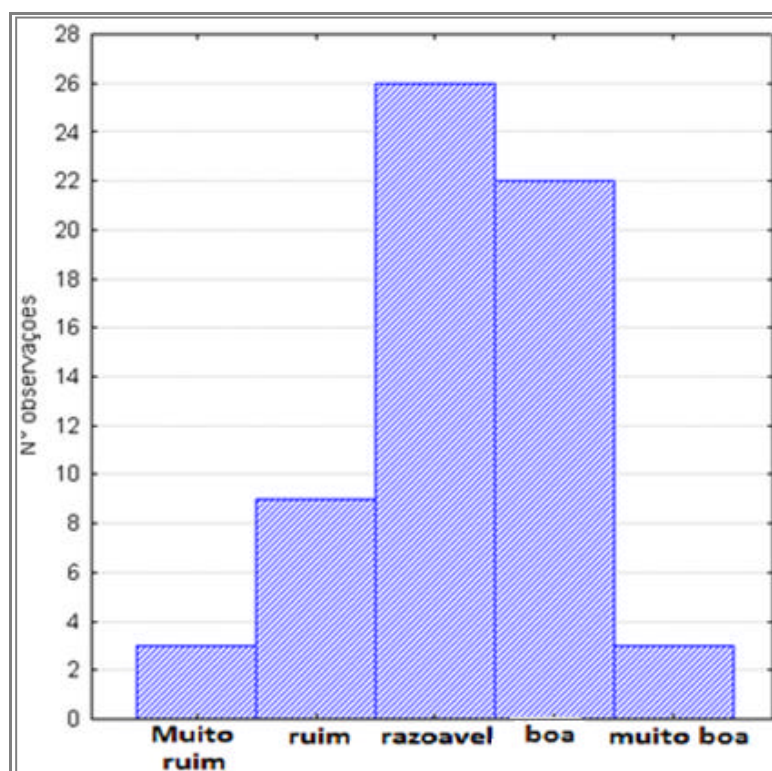


Figura 14 - Avaliação das associações rurais pelos produtores entrevistados.

De outra forma, os produtores consideraram os pontos negativos das associações (figura 15), que em sua maioria foram citados como fatores que dificultavam o amadurecimento do grupo. Foram considerados itens de maior relevância os comentários inadequados, que geravam conflitos entre os associados afastando uns dos outros. Destacou-se também o excesso de opiniões diferentes, que por fim impedia o grupo de chegar a um consenso a respeito da tomada de decisões, assim como, o excesso de influencia política.

Silva (2003 *apud* NEIVA; BRITTO, 2008), foca as redes sociais em quatro papéis imprescindíveis que ligam os atores sociais:

(1) o conector central, que liga a maior parte das pessoas de uma rede social umas com as outras;

(2) o expansor de fronteiras, que conecta uma determinada rede social com outras partes de uma organização ou com outras organizações;

(3) o corretor de conteúdo transacional, que mantém a comunicação entre os diferentes subgrupos de uma rede social, unindo-os e impedindo que a rede se fragmente em sub-unidades menores e menos eficientes;

(4) o especialista periférico, a quem todos de uma rede social podem recorrer sempre que algum conhecimento específico é necessário.

A análise indica que para os produtores do PAIS ainda não se encontrou um conector central, que ligue o todo com as partes. Falta a âncora que proporcione sustentabilidade ao projeto, um líder que seja “nato” da comunidade a fim de conhecer seus anseios e que, principalmente, seja reconhecido pelo grupo como sendo um líder capaz de alinhar as necessidades da comunidade com as propostas dos parceiros externos. Primeiramente, é necessário que a comunidade coopere entre si para depois competir com o mercado.

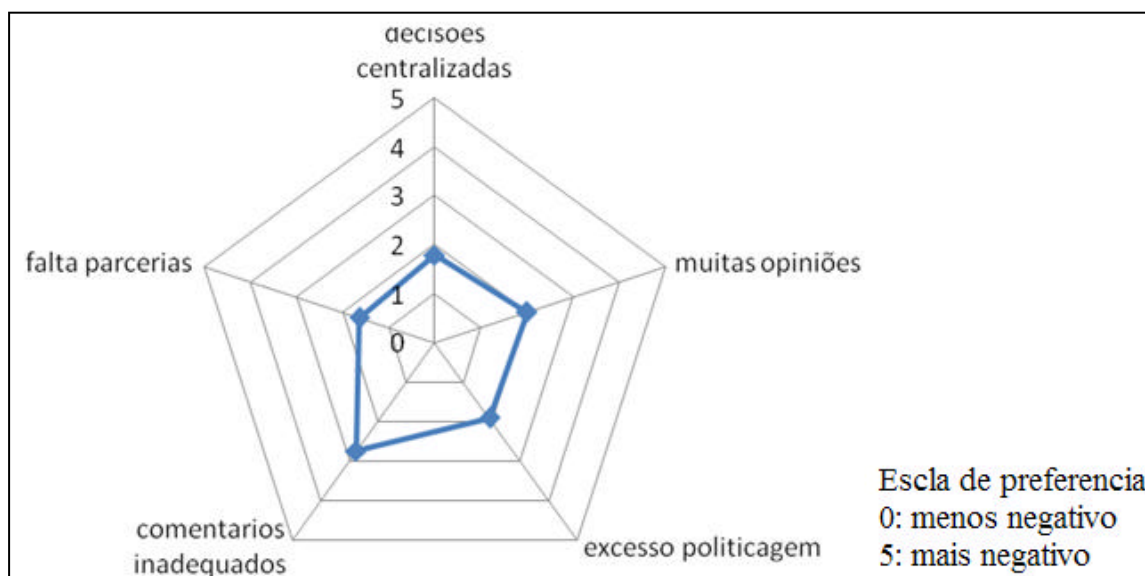


Figura 15 - Pontos negativos da participação numa associação, em função da opinião dos produtores entrevistados.

Em sequência foram analisadas as atividades propostas pela diretoria da associação aos seus associados. Dentre as diversas atividades foram elencadas as capacitações

com administração e organização da propriedade rural, liderança, associativismo, formação de custo de venda, atendimento ao cliente, entre outros.

Os produtores afirmaram sentir a necessidade de maior eficiência por parte da diretoria das associações no que diz respeito à concretização de ações que impulsionem o empreendedorismo, assim como, o acesso ao crédito, logística e apoio na comercialização da produção. As capacitações são vistas como uma atividade que precisa de complemento prático, além de uma linguagem que seja mais simplificada e adaptada ao meio rural.

O que esta faltando para o funcionamento da engrenagem do grupo é o planejamento das atividades. Os produtores participam das ações, porém, não visualizaram como poderão se inserir nas atividades propostas. A clareza da informação não está condizente com o nível de entendimento dos atores internos envolvidos.

A confiança pode ser percebida pelo atendimento às necessidades de um grupo. Por isso, os conflitos entre “ser obrigado a participar e ter a necessidade de participar” pode ser facilmente resolvido desde que haja a boa vontade de ambas as partes (associação x associados) em tentar entender a falha do outro e concentrar os esforços numa dinâmica mais gerencial e menos assistencialista.

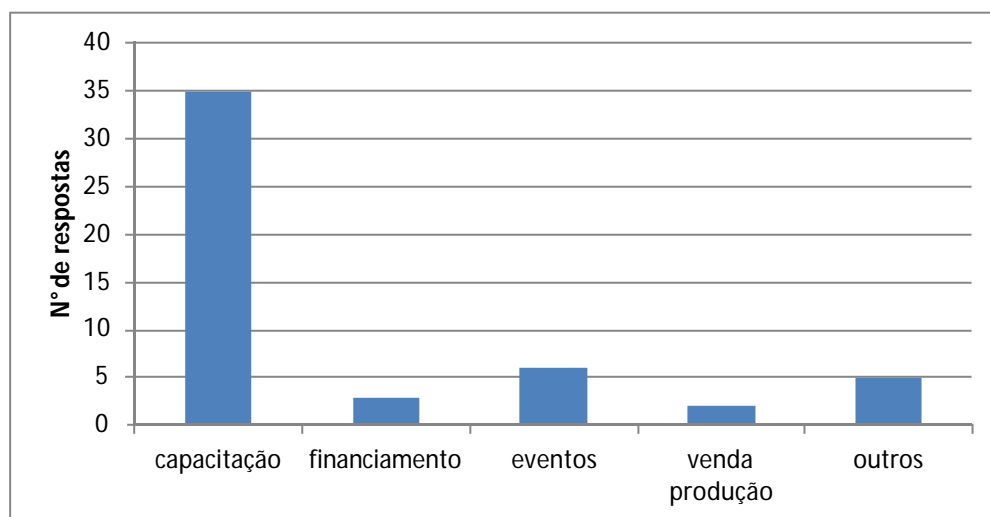


Figura 16 - Distribuição das atividades propostas pela associação aos produtores entrevistados.

É por meio da cooperação que os agricultores terão condições de trocar experiências, compartilhar informações, analisar os problemas comuns e propor soluções adequadas a realidade da comunidade. Indícios de cooperação podem ser usados como

estratégia para possibilitar a implantação de novas tecnologias, redução de custos, participação em feiras nacionais, instalação de novos projetos.

Sendo assim, foram avaliados os pontos que os agricultores consideram positivos na associação. Para esta avaliação, foi também utilizada uma escala de preferência, onde os entrevistados opinaram sobre o acesso ao crédito, a assistência técnica, trabalho coletivo, acesso ao mercado entre outros.

Nos resultados ficou notório que o grupo de forma abrangente, quer participar das ações, quer discutir sobre as interferências tanto positivas quanto negativas na comunidade, porém, existe desconfiança entre os produtores devido a experiências não exitosas no passado.

Prezando pela flexibilidade das opiniões, foram avaliados os pontos positivos das associações. O item de maior relevância para os entrevistados foi a possibilidade de acesso ao mercado. Salienta-se que o apoio para venda da produção vem do trabalho desenvolvido pelos agentes externos.

Ter a disponibilidade de um produto diferenciado para oferecer ao mercado é considerado como vantagem no meio rural, por isso, o reconhecimento da certificação da produção orgânica foi identificado como positiva entre os associados. Todavia, nota-se que o papel de representatividade da associação não está claro entre os sócios. É evidente que estes estão esperando que as ações aconteçam por intermédio de terceiros e não pela ação dos associados.

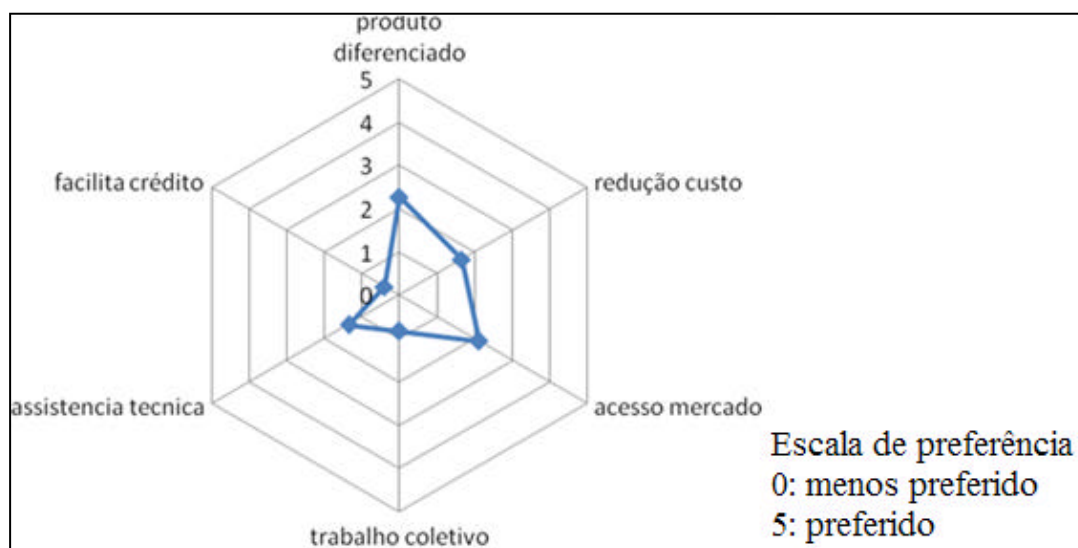


Figura 17 - Pontos positivos da participação em uma associação, em função da opinião dos produtores entrevistados.

Quando questionados sobre a preferência em comercializar de forma individual ou coletiva, os produtores indicaram, em 60%, preferir o coletivo. O fato de continuarem a participar das reuniões, das capacitações, da participação em projetos coletivos para venda da produção é um forte indicador que existe um processo de interação entre os agricultores. Há a percepção de que sozinhos não terão um futuro promissor, por isso, apesar das dificuldades de se trabalhar no coletivo, se esforçam e tendem para atividades em grupo.

Os produtores que optaram pela comercialização de forma individual, somam 40% dos entrevistados e, afirmam não confiar no outro e ainda preferem não depender da infraestrutura de terceiros. Este tipo de agricultor é considerado pelo grupo como alguém que ainda não desenvolveu uma visão de futuro aguçada e não percebe que no individual dificilmente conseguirá apoio de parceiros, que as dificuldades serão sempre as mesmas, prejudicando a segurança na produção, o escoamento e a comercialização.

Mesmo sendo minoria, esses produtores não podem ser negligenciados, pois representam 40 % dos agricultores entrevistados.

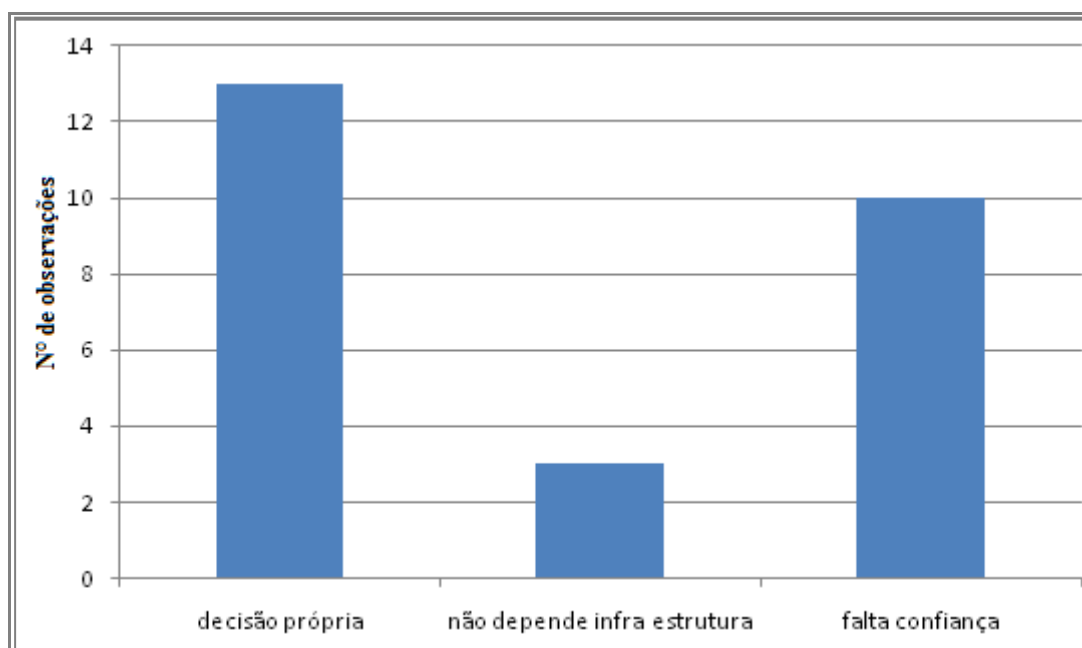


Figura 18- Motivos pela preferência em comercializar de forma individual pelos produtores entrevistados.

Normalmente, a comercialização realizada de forma individual é feita em condições precárias e sem informações de mercado suficientes. O agricultor familiar que prefere se manter sozinho nas negociações torna-se o elo mais fraco da cadeia produtiva.

Os produtores que estão adaptados a comercialização coletiva perceberam que as necessidades políticas e de mercado tendem a seguir uma estratégia de organização coletiva, proporcionando maior apoio nas negociações e facilitando o aumento do volume de produtos, além dos benefícios do apoio a infraestrutura como logística e embalagem (Figura 19). Tendo volume de produtos, o preço se torna mais competitivo e viável para se negociar com os canais de comercialização.

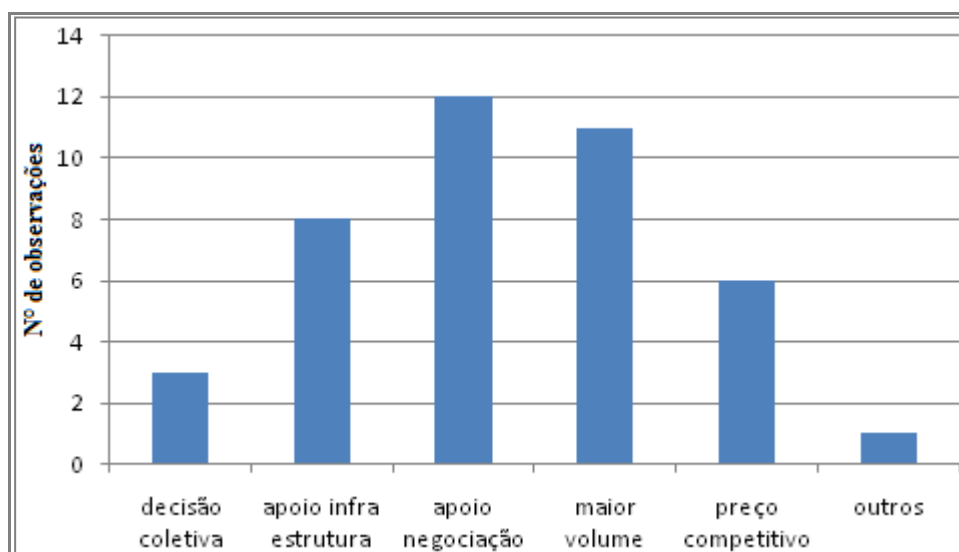


Figura 19- Motivos pela preferência em comercializar de forma coletiva, para os produtores entrevistados.

Concluindo este capítulo no que se refere a avaliação do potencial de cooperação entre os agricultores familiares do projeto PAIS e em função da dificuldade em se medir esta variável, foi possível identificar a existência de capital social entre os produtores, de forma ainda incipiente. Os produtores que comercializam os produtos do PAIS se organizam na forma de associação em função das recomendações e orientações dos agentes externos. Aqueles que ampliaram suas áreas produtivas enxergaram um mercado potencial para um produto diferenciado, mercado que depende da cooperação entre produtores, haja vista, a necessidade de volume, padrão e frequência de produtos, além da preferência, em se tratando principalmente de governo federal, por grupos organizados.

O fator confiança entre os agricultores foi um critério levado em consideração para avaliar o potencial de cooperação. A pesquisa revelou que no caso do projeto PAIS, são as organizações de apoio que mantêm a cooperação entre os grupos, isto significa que, se

estas instituições se afastarem, o projeto poderá sofrer prejuízos no sentido da desorganização do grupo.

Conforme resultados da pesquisa, parte dos produtores entrevistados não percebeu os efeitos do projeto PAIS no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida. Mesmo se houvesse esta percepção por parte dos agricultores familiares, estes enfrentariam dificuldades para cooperar entre eles, em função das pequenas demonstrações de capital social, alinhada a desconfiança entre estes atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que a cooperação entre os produtores está prejudicada pela ausência de capital social, que inibe as relações de confiança, e pela falta de interesse no projeto PAIS. Os produtores não visualizam o projeto como uma oportunidade de prosperar.

O projeto PAIS teve mais importância para os produtores quando da doação dos *kits* do que em relação à organização dos grupos para uma produção agroecológica com resultados na melhoria da qualidade de vida e aumento da renda.

O arranjo institucional formado pelo SEBRAE-MS, Fundação Banco do Brasil, Agraer, Prefeituras locais e a participação dos agricultores familiares não foi estruturado em um planejamento participativo. As metas foram cumpridas conforme a exigência da metodologia do projeto, no entanto, os atores sociais internos não foram partícipes nem do planejamento, tão pouco dos resultados esperados. Em consequência, poucos produtores ampliaram suas áreas produtivas e a comercialização da produção, com intuito de aumentar a renda bruta da família, permaneceu restrita a alguns poucos agricultores.

A organização social das comunidades baseia-se no processo de confiança mútua. Para gerar confiança é necessário que a comunidade comungue do mesmo ideal e que tenha objetivos similares. O espaço de discussão na comunidade deve ser aberto e coerente com as necessidades do grupo.

Enquanto não houver uma reflexão acerca da importância do trabalho coletivo nas comunidades rurais, dificilmente haverá sinergia suficiente para produzir indícios de capital social. Isto se reflete na ausência de uma produção comercial e na insustentabilidade tanto do projeto PAIS, quanto de outros projetos inseridos nas associações. O projeto PAIS ainda é visto pelos agricultores como uma ação assistencialista que não prevê resultados econômicos. Consequentemente, os produtores assistidos não se esforçam para apresentar resultados evolutivos.

A convivência entre produtores, a ajuda mútua, a participação em movimentos sociais, a coesão social que unem os agricultores estavam ausentes na maioria dos produtores entrevistados. Apesar da maioria deles morar em suas áreas de produção há vários anos, a origem cultural dos entrevistados era muito heterogênea, assim como as distâncias entre os assentamentos e o município sede, fatores que limitam a integração entre os agricultores na implantação do projeto PAIS, de forma a gerar um desenvolvimento econômico e social das famílias beneficiadas.

As análises demonstram que não há organização interna na busca de organização das associações para que tenham acesso ao crédito, ao mercado ou a assistência técnica. Os atores internos do projeto PAIS não mantêm um nível de envolvimento com as atividades propostas pelas associações. Este fato dificulta a criação de laços homogêneos entre os produtores, levando a acreditar que dificilmente será possível formar um sistema de cooperação eficaz entre os mesmos.

Os agricultores familiares que participam do projeto PAIS não conseguiram elevar seus ganhos. As técnicas de produção orgânica foram consideradas difíceis de serem assimiladas e a metodologia para conduzir o projeto é bastante rígida. Com isso, há uma demora na produção de qualidade e de quantidade e os produtores preferem executar atividades fora da propriedade ou dar maior atenção a exploração de outras culturas já estabelecidas no assentamento.

As ações que acontece gradativamente, como a produção orgânica que agrega valor ao produto diferenciado, a certificação das áreas produtivas, o acesso as políticas públicas, entre outras, são ações propostas pelos parceiros envolvidos com o projeto. Observa-se uma forte dependência nestes parceiros. As associações não demonstram iniciativa de traçar novas estratégias ou mesmo um projeto que seja concebido pelo grupo a fim de envolver os associados. Não se notou indícios de mobilização social capaz de gerar sinergia suficiente para a criação de laços sociais fortalecidos em ações de cooperação e, consequentemente, a formação de capital social. Estes fatores restringem a possibilidade de formação de uma rede de cooperação.

Por fim foi identificado um pequeno grupo de produtores que investiram no projeto, ampliaram suas áreas, aproveitaram a oportunidade que os agentes externos ofereceram no que se refere à oportunidade de acesso ao mercado, além das capacitações em cultivo de horta e agroecologia. Estes resultados comprovam que existe uma parcela dos produtores selecionados para o PAIS que realmente demonstra interesse no desenvolvimento

da horticultura orgânica, fazendo desta uma fonte de renda adicional para a manutenção da família.

Este grupo, que demonstrou mais empenho na produção e comercialização, com maior necessidade de cooperação, deverá ser identificado com mais precisão pelo SEBRAE. As políticas de apoio deverão se focalizar com mais intensidade nesse grupo, com o desenvolvimento de um planejamento eficiente. A valorização do interesse e das necessidades desses agricultores familiares poderá permitir que, ao final do projeto, possam ser vistos como referência de estímulo a cooperação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais* — conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Empraba/Cirad/UFPB, 2002.

ASSIS, Renato Linhares de. *Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia*. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2010.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos*. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000500004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2010.

AZEVEDO, Paulo Furquim. *Integração vertical e barganha*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

AZEVEDO, P.F. de; FAULIN, E.J. Subsistemas baseados em confiança: o caso da produção familiar de verduras. **Anais...** XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/04O201.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estud. av.** [online]. 1997, v.11, n.31, p. 37-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BOURDIEU, P. *Le Capital Social: notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales*, **Paris**, v. 31, n° 1, pp. 2-3, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_03355322_1980_num_31_1_2069/article_arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm>. Acesso em: 1 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. *Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003* - Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 1 jun. 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 24 dez. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política nacional de assistência técnica e extensão Rural*. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília-DF, novembro de 2007.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução nº 3.559 de 28/03/2008*. Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10) para financiamentos ao amparo do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999*. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/doc/instru7.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun 2011.

BUENO N. P. *Lógica de ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional*. Viçosa: UFV, 2003.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. 24p.

CARLOS, A.F.A. *O lugar/no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEVALLI, J. A; MIGUEL. P.A.C. *Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil*. UNIMEP. Santa Bárbara d'Oeste, SP, 2001. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf>. Acesso em: 20 ago 2011.

CONCEIÇÃO, O. A. C. *Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista*. (tese de doutorado) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001.

CORRÊA, Filipe Toscano de Brito Simões. *Confiança e relações interorganizacionais em redes locais: um estudo multicaso da formação da confiança interorganizacional e de suas implicações nas relações de cooperação de uma rede horizontal supermercadista da Região de Londrina e de um APL confeccionista do município de Goioerê*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: uma análise de dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Anais... XXIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu, 2006.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. Redes técnico-sociais e ação coletiva. **Anais... X Semana de Planejamento Urbano e Regional**, Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, 2004. Disponível em: <http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2003_123.content.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2009.

EMBRAPA. *O desafio da agricultura familiar*. 2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FAO. *The State of Agricultural Commodity Markets 2009: High food prices and the food crisis – experiences and lessons learned*. FAO, Roma, 2009a. 68 p. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/012/i0854e/i0854e00.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

FAO. The state of food and agriculture: Livestock in the balance. FAO, Roma, 2009b. 180p. Disponível em <<http://www.fao.org/publications/sofa/en/>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D.; Economics of networks and patterns of competition in food and agribusiness. In: *Série de working papers working paper n. 3/027*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Histórico da Fundação Banco do Brasil*. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/pubTema.jsp?codTemaLog=169>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

FELIPE, Ednilson Silva. *Instituições e mudanças institucionais: uma visão a partir dos principais conceitos neo-schumpeterianos*. **Economia**, Brasília (DF), v. 9, n.2, p.245-263, mai/ago 2008.

FERNANDES, Bernardo Monçano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Cláudia de Matos; NOGUEIRA, João Duarte; VILPOUX, Olivier François. *Estudo de caso: empresa João & Ana produtos saudáveis - uma análise do mercado local de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para produção e comercialização de hortaliças orgânicas*. **Anais...** IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, intitulado Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento, 9, 10 e 11 de junho, Araraquara - SP, 2010.

FERNANDES, Cláudia de Matos *et al.* *Relações de confiança entre produtores rurais e a empreendedora do laticínio dona Élia no Assentamento Conquista, Campo Grande*. **Anais...** IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, intitulado Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento, 09, 10 e 11 de junho, Araraquara - SP, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Projetos de pesquisa*. 3.ed. São Paulo :Atlas, 1996, 159 p.

GUANZIROLI, Carlos Enrique *et al.* *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HACKBART, Rolf. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 - agricultura familiar - primeiros resultados*. 2009. Disponível em: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006* – resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tábuas completas de mortalidade - 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2007/default.shtm>>. Acesso em: 23 jun. 2011

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *O INCRA e o assentamento*. 5 ago. 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=140>. Acesso em: 3 dez. 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS*. Dados enviados via e-mail pelo INGRA 2010.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOCKE, Richard M. *Dossiê – confiança e desenvolvimento local*. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 253-281, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v3n2/6-locke.pdf>>. Acesso em 2 jun. 2009.

MAIA, Williams Nogueira Peixoto. *Seguro da agricultura familiar* – identificação de limites e propostas para sua sustentabilidade a partir da teoria da assimetria de informação. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. 2008.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 jun. 2011.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2010.

MATTOSINHO, Cynthia Marise dos Santos; FREIRE, Poliana Pionório; CARVALHO, Michelle Caroline Varjão de. O empreendedorismo no âmbito das associações rurais de incentivo governamental. **SOBER**. 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010,

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2010.

MOMESSO, Cristiane Maria Vendramini; ROEL, Antonia Railda; FAVARO, Simone Palma. Levantamento do potencial de comercialização de produtos orgânicos para o estado de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: UFRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

NEIVA, Elaine Rabelo; BRITO, Maria Júlia Pantoja de. Redes sociais e mudança em um grupo de produtores rurais do planalto central. **Rev. Psi: Org e Trab R. Eletr. Psico.**, v. 8, n. 1, jan.-jun., p. 5-24, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/9067/8415>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamentos rurais. Reforma agrária em migalhas*. Niterói. EDUFF, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 8ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino; SPROESSER, Renato Luiz; VILPOUX, Olivier François. *Capital social e instituições informais como fatores de redução dos custos de transação: o caso da uva de mesa na região de Jales, Noroeste do estado de São Paulo*. **Anais... XLVII Congresso Sociedade de Economia Brasileira, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de. *Papel das instituições informais nas governanças do arranjo produtivo local de uva de mesa na região noroeste do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande-MS, 2008.

OLIVEIRA, Eule José de. *Papel da cooperação no desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos de mel em Cassilândia, Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. *Agricultura familiar e reprodução social*. **Sociedade e Cultura**, 3.3, n.1 e 2, p. 185-216, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, José Luiz Meira. *Busca de ecoeficiência no Assentamento Guariroba em Terenos MS: tecnologia de desidratação de banana*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade de São Paulo - USP/ESALQ. Piracicaba, 1976.

SATO, Carolina Tiemi. Gestão baseada em relações de confiança. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 1, jan-jun., 2003. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1875&Secao=2°PWC&Volume=2&Numero=1&Ano=2003>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. **Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n.3, p.106-132, set./dez., 1994.

SCOPINHO, R. A. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais*. 2006. Disponível em <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congresso06/conf3_scopinho.pdf>. Acesso em: 24 set. 2010. 8h 12'29''.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *O que é agricultura orgânica*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo/areas-de-atuacao/agro/agricultura-organica/integra_bia?ident_unico=1211>. Acesso em: 20 out. 2010.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/distrito-federal/area_atuacao/agronegocios/agricultura_organica>. Acesso em: 3 dez. 2010.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. PAIS. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. *Mais alimento, trabalho e renda no campo*. Saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente. 3.ed. Brasília: Sebrae, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2011.

SILVA, Martha Esthela Santos; BARONE, Luis Antonio. *Organização produtiva e associativismo em assentamentos rurais*. Uma ação de resistência e permanência. 2009. Disponível em: <<http://fct.unesp.br/ceget.A41.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, EsteraMuszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3.ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA JÚNIOR, Antonio Batista da. *A empresa em rede: desenvolvendo competências organizacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 122 p.

SILVA, Medson Janer. *Índios da etnia Terena - agricultura familiar no Pantanal de Aquidauana-MS: limitações e perspectivas de desenvolvimento sustentável*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2004.

SMITH-DOERR, L.; POWELL, W. W. Networks and economics life. In: *The handbook of economic sociology*. Princeton University Press. 1994.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: USP; Hucitec, 1991.

VILLELA, Lamounier Erthal; PINTO, Mario Couto Soares. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **RAP**, Rio de Janeiro v. 43, n. 5, p. 1067-1089, set./out., 2009

VILPOUX, Olivier F.; OLIVEIRA, Eule José de. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000100005&1=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2011.

VILPOUX, Olivier Francois; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: VILPOUX, Olivier Francois (Org.). *Sustentabilidade e agricultura familiar*. Curitiba: CRV, 2001.

XIMENES, Tereza. *Capital social, redes sociais e inovações produtivas*. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 389-404, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2a12.pdf>>. Acesso em: 6 jun 2009.

APÊNDICE
Questionário aplicado aos agricultores

PAIS - PROJETO AGROECOLÓGICO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

D) ASPECTOS GERAIS

Nome do assentamento: _____

Nome do entrevistado (a): _____

Pessoa	Sexo	Idade	Formação*	Onde mora	Onde nasceu

Legenda: (*) 1 = Analfabeto 2 = Ensino Fundamental incompleto 3 = Ensino Fundamental completo
4 = Ensino médio incompleto 5 = Médio completo 6 = Superior incompleto 7 = Superior

- 1) Há quanto tempo mora na comunidade/assentamento? _____
- 2) Em relação à terra, a família é : () Proprietário () Arrendatário () Meeiro () Outros
- 3) Como chegaram ao assentamento: _____
 - a) Movimento social - Qual? _____
 - b) Sindicato - Qual? _____
 - c) Herança () Crédito fundiário () Outro () Qual: _____
- 4) Quantos hectares possuem a propriedade? _____
 - 4.1) Qual o tamanho da área destinada a horta? _____
 - 4.2) Quanto tempo trabalha com horta? _____
 - 4.3) Plantava horta antes de entrar no assentamento? () Sim _____ () Não
Se sim, a produção era orgânica? () Sim () Não
 - 4.4) Desempenhavam outra atividade? () Sim () Não
Qual: _____
- 5) Tipos de tecnologia utilizada na produção:
() Mecanização () Adubação química () Rotação de culturas
() Tração animal () Adubação orgânica () Sem rotação de culturas
() Manual () Sem adubação
- 6) Possui o PAIS há quanto tempo? _____ anos
 - 6.1 Seu produto é: () certificado () conversão () convencional
 - 6.2 Têm percebido a preferência do consumidor por produtos orgânicos? () sim () não
 - 6.3 A renda da família vem somente da horta? () Sim () Não
 - 6.4 Qual o faturamento que vem da horta? R\$ _____
 - 6.5 Qual a renda mensal da família proveniente de:
 - a) Horta..... R\$ _____
 - b) Venda de animais R\$ _____
 - c) Leite..... R\$ _____
 - d) Trabalho fora da propriedade R\$ _____
 - e) Bolsa família R\$ _____
 - f) Aposentadoria R\$ _____
 - g) Outras culturas R\$ _____
 - h) Outros R\$ _____

6.6 Em quanto você estima sua renda mensal familiar?

- () < ½ SM () ½ a 1 SM () 1 a 2 SM
() 2 a 5 SM () > 5 SM

II) ARRANJOS INSTITUCIONAIS

- 7) Existe associação no assentamento? () Sim () Não
 7.1 Você é sócio da associação? () Sim () Não
 7.2 Você participa da diretoria dessa associação? () Sim () Não
 7.3 Você participa das reuniões da associação:
 () 100% das vezes () 75% das vezes () 50% das vezes
 () 25% das vezes () Nunca
 7.4 Quais atividades a associação proporciona?
 () capacitação () financiamento () eventos
 () venda da produção () outros
 7.5 O que você acha das atividades da associação?
 () Muito ruins () Ruim () Razoável () Boa () Muito boa
 8) Existe uma cooperativa no assentamento: () Sim () Não
 8.1 Você participa de alguma cooperativa? () Sim () Não
 Qual? _____
 8.2. Onde esta localizada? _____
 8.3 Você é sócio desta cooperativa: () Sim () Não
 8.4 Você participa da diretoria da cooperativa: () Sim () Não
 8.5 Você participa das reuniões da cooperativa:
 () 100% das vezes () 75% das vezes () 50% das vezes
 () 25% das vezes () Nunca ()
 8.6 Quais atividades a cooperativa proporciona?
 () capacitação () financiamento () eventos
 () venda da produção () outros ()
 8.7 O que você acha das atividades da associação?
 () Muito ruins () Ruim () Razoável () Boa () Muito boa
 8.8 Qual a avaliação sobre a cooperativa?
 () Excelente () Muito boa () Boa () Ruim () Péssima
 9) Faz contrato para venda dos hortifrutí? () Sim () Não
 9.1 Estabelecido via: () papel () verbal

III) CAPITAL SOCIAL

- 10) Você empresta seu maquinário/implementos agrícolas ou ferramentas para produtores da comunidade:
 () Sempre () com frequência () às vezes
 () dificilmente () nunca
 11) Emprestaria dinheiro para produtores da comunidade:
 () com certeza () possivelmente () dificilmente () nunca
 12) Você mantém contato com produtores de outros assentamentos: () sim () não
 Que tipo de contato? () amigos () família () profissionais () vizinhos
 13) Você já participou de atividades com assentados de outros assentamentos (S/N): _____
 13.1 Quem organizou? _____

13.2 O que eram essas atividades?

- () Treinamento tecnológico () Dia de campo
 () Treinamento mercadológico () Treinamento em gestão e organização
 () Outro. Qual: _____

14) Para quem você vende os produtos?

- () Feira () Vizinhos () Mercados
 () Ceasa () Escolas () Conab
 () Venda direta () Cooperativa () Atravessador

14.1 Vende produtos para a Organocoop? (S/N) _____

Quantos por cento da produção? _____

14.2 Vende produtos para a Coop Grande? (S/N) _____

Quantos por cento da produção? _____

14.3 Vende para fora do seu município? (S/N) _____

Quais municípios? _____

14.4 Quem define o preço do produto?

- () Consumidor () Mercado
 () Produtor () Cooperativa

14.5 Participa da feira? (S/N) _____

14.6 Como vendedor () como consumidor ()

14.7 Quantas pessoas desenvolvem a atividade na família? _____

14.8 O que acha da importância da feira

- () Excelente () Muito boa () Boa
 () Ruim () Péssima

15) Transporte da produção:

- () Próprio () Frete () Associação () de quem compra
 () Prefeitura () Vizinho () Outros

15.1 Se do vizinho: a despesa é dividida? () Sim () Não

16) Possui área coletiva? () Sim () Não Utiliza? () Sim () Não

17) Como está sua renda agora em relação a antes de ter o projeto PAIS?

- () Piorou muito () Piorou () Ficou igual
 () Melhorou () Melhorou muito

17.1 O que acha da importância de juntar os produtores para comercialização?

- () Excelente () Muito boa () Boa
 () Ruim () Péssima

18) Já foram promovidos cursos de capacitação técnica para a atividade do PAIS?

- () Sim () Não

Organizado por: () Sebrae () Banco do Brasil () Associação
 () Prefeitura () Movimento social () Agraer
 () Outros: _____

18.1 O que acha dos treinamentos:

- () Excelente () Muito boa () Boa
 () Ruim () Péssima

18.2 Após os treinamentos/cursos, os assuntos são discutidos no grupo e colocados em prática?

- () sim () não

18.3 As parcerias firmadas tem prestado apoio? (S/N) _____

De que tipo: _____

19) Qual sua religião? () Católica () Espírita () Evangélica

- () Religiões Afro () Sem religião () Outras: _____

19.1 Existe Igreja na comunidade? (S/N) _____

- 19.2 Frequenta: () Toda família () Parte da família () Ninguém
- 19.3 Frequência: () todo dia () 2 vez/semana () 1 vez/semana
() 1 vez/mês () mais 1 vez/mês () nunca
- 19.4 Há momentos de interação após a cerimônia, como encontros ou reuniões? (S/N)____
- 19.5 Festas, Eventos Culturais? (S/N)_____ Participa? (S/N) _____
- 19.6 Que atividade desempenha? () Na organização () No prestigiar
- 20) Participou de algum mutirão na comunidade? (S/N) _____
- 20.1 Qual o objetivo do mutirão: _____
- 20.2 O que achou? () muito bom () bom () neutro () ruim () péssimo
- 21) Ocupações de descanso:
- 21.1 () No domingo, a família trabalha () trabalha e descansa um pouco
() descansa sem fazer nada
- 21.2 () No domingo, fica em família () se reúne com amigos do assentamento
() se reúne com amigos fora do assentamento)
- 21.3 () No domingo, a família fica no assentamento () vai na cidade

IV) EXTERNALIDADES

22. Já recebeu algum benefício participando do Projeto PAIS? () sim () não
() dinheiro () maquinário () insumos
() assistência técnica () agroindústria () outros
- 22.1 O que acha do PAIS?
() Excelente () Muito bom () Bom
() Ruim () Péssimo
23. Considera melhor comercializar em grupo ou no individual?
() grupo () individual
Por que? _____
- 23.1 Individual:
() decisão própria p/venda () falta de confiança
() não depende de infra-estrutura de terceiros () outro _____
- 23.2 Grupo: () decisões coletivas () apoio na infra-estrutura
() apoio nas negociações () maior volume de preço
() preço competitivo () outro _____
24. Enxerga vantagens na cooperativa/associação? (S/N) _____
Classifique por ordem de importância (1= melhor, 2= segundo melhor,...)
() oferece produto diferenciado ao mercado () redução de custo na produção
() facilidade de acesso ao mercado () incentiva o trabalho coletivo
() presta assistência técnica () facilita o crédito
25. Quais os pontos que considera negativos na cooperativa/associação?
Classifique (1= melhor, 2= segundo melhor,...)
() decisões centralizadas () muitas opiniões
() excesso de politicagem () comentários inadequados
() falta de parcerias